

ATO. 40

2005



**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**

**FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS  
(FLCS)**

**DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA**

**Curso de Antropologia**

***COMUNICAÇÃO EM PROL DO DESENVOLVIMENTO LOCAL  
- O Caso da Rádio Comunitária Voz Coop, Bairro de Bagamoio, Maputo.  
(2001-2004)***

Projecto de investigação apresentado em cumprimento parcial dos requisitos para obtenção do grau de Licenciatura em Antropologia pela Universidade Eduardo Mondlane

**Autor:** Unaiti Amorim João Akungondo

**Supervisor:** Dr. Salim Cripton Valá

Maputo, 28 de Junho de 2005

## DECLARAÇÃO

Declaro que este trabalho de investigação nunca foi apresentado, na sua essência, para obtenção de qualquer grau, e que ele constitui o resultado da minha investigação, estando indicadas ao longo do texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

Assinatura

Unaiti Amorim João Akungondo

## AGRADECIMENTOS

Quero em primeiro lugar agradecer ao meu supervisor, Dr. Salim Cripton Valá, pela orientação metodológica e técnica sem a qual não teria sido possível a efectivação deste trabalho.

A comunidade do bairro de Bagamoio, em especial ao secretário do bairro Jaime Nhantave, e todos os funcionários da RCVC, em particular ao António Matola.

Quero agradecer ainda a todos os meus docentes, Dr. Alexandre Mate e ao Dr. Johane Zonjo por me terem iniciado na área antropológica, a Dr<sup>a</sup>. Maria José Artur, ao Dr. José Teixeira e ao Dr. Hélder Nhamaze.

Quero igualmente registar o meu reconhecimento a toda turma de antropologia do ano de 1998 em especial ao “núcleo duro”, dr. Célio Tiane (Bomba), dr. Sérgio Tsabete (mano c.), dr. Paulo Langa (Thoken), dr. Carlos Botão (Titos), dr. Julaya Mussá (Dada), Víctor Macamo e a ala feminina, Cecília (Tiazinha), Sónia, Mércia, Aida, Ana Machaieie, e a Dalila.

Um agradecimento muito especial a Joana Guiuele, minha companheira, que sempre me deu força, apoio moral, o meu muito obrigado.

Ao Dr. Eliseu Mabasso pela sua correcção linguística e ortográfica, ao departamento de informática do ISCTEM na pessoa de Hélio Mabelane, que sempre esteve disponível em me ajudar e deixar usar os computadores daquela instituição.

Aos meus amigos da Malhangalene que se for a inumerar não terei mais espaço, a todos eles os meus sinceros agradecimentos.

Finalmente agradecer a todos aqueles que directa ou indirectamente contribuíram para que a realização deste trabalho fosse possível.

## DEDICATÓRIA

Aos meus pais Biológicos Maria da Consolação Pedro e João Jonas Akungondo, e a minha mãe social Maria Sulila.

As minhas irmãs, Esperança, Lola, Raquel, Lichungue, Nanda, Mwicho a Joanita, e uma dedicatória especial ao meu filho Akilly.

## ABREVIATURAS e ACRÓNIMOS

- ACOSIDA** – Associação de Crianças Órfãs de SIDA
- AHM** – Arquivo Histórico de Moçambique
- AVIMAS** – Associação de Viúvas e Mães Solteiras
- CEA** – Centro de Estudos Africanos
- CEB** – Centro de Estudos Brasileiros
- CCP** – Centro Cultural Português ( Instituto Camões)
- CEEI** – Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais
- FLCS** – Faculdade de Letras e Ciências Sociais
- GABINFO** – Gabinete de Informação
- INCM** – Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique
- ISCTEM** – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique
- ICS** – Instituto de Comunicação Social
- INDER** – Instituto de Desenvolvimento Rural
- MADER** – Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
- MCS** – Meios de Comunicação Social
- ONG** – Organização Não-Governamental
- PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- RM** – Rádio Moçambique
- RC's** – Rádios Comunitárias
- RCVC** – Rádio Comunitária Voz Coop
- UEM** – Universidade Eduardo Mondlane
- UGC** – União Geral das Cooperativas
- UNESCO** – Fundo das Nações Unidas para Educação e Ciência
- UFICS** – Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais

## RESUMO

O trabalho debruça-se sobre comunicação em prol do desenvolvimento local, o caso da rádio comunitária Voz Coop, Bairro de Bagamoio, Maputo no período compreendido entre 2001 a 2004. O objectivo foi o de avaliar os mecanismos de participação das comunidades nos processos de tomada de decisões, as formas de gestão RC tendo em vista a sua sustentabilidade e o impacto da mesma para a vida das comunidades.

Como metodologia, optamos pela perspectiva qualitativa, e adoptou-se o método monográfico tendo como suporte a pesquisa bibliográfica, e para recolha de dados, realizamos entrevistas semi-estruturadas e a observação não-participante.

Da pesquisa efectuada constatamos que a implantação de uma rádio comunitária é um dos requisitos para o desenvolvimento da comunidade, na medida em que ela contribui para o acesso a informação no que concerne aos programas da agricultura, saúde, educação, água, combate ao HIV/SIDA e em diversos anúncios que antes não era possível, como são o caso de notícia de falecimentos e desaparecimentos de crianças.

constatou-se também que o envolvimento da comunidade nos aspectos ligados aos programas, debates radiofónicos, é feito somente pelo grupo de jovens voluntários, que na sua maioria são estudantes e que no período de exames reduzem a sua participação para darem prioridades aos estudos, e durante esse período tem se verificado um funcionamento deficitário.

As mulheres cooperativistas que foram as mentoras da rádio, são as que menor participação tem feito, somente se inteiram da questão ligada aos mecanismos de gestão e por fim salientar que o maior obstáculo da RC, está na sustentabilidade financeira, tendo em conta que um dos financiadores está se retirando, criando um maior défice financeiro.

## ÍNDICE

<b>I. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
1.1. Antecedentes e Contexto.....	1
1.2. Justificação.....	4
1.3. Objectivos.....	7
1.4. Motivação, Local e Período de Estudo.....	8
1.5. Estrutura do Trabalho.....	9
1.6. Caracterização Geográfica e Administrativa da Área de Pesquisa.....	10
1.6.1. Organização Sócio-económica .....	12
<b>II. METODOLOGIA.....</b>	<b>16</b>
2.1. A Problemática.....	16
2.2. Pergunta de Partida.....	22
2.3. Hipóteses do Trabalho.....	22
2.4. Fontes Consultadas.....	23
2.5. Métodos e Técnicas Adoptados.....	23
2.6. O Processo de Pesquisa e Problemas Enfretados.....	25
<b>III. QUADRO TEÓRICO-CONCEPTUAL.....</b>	<b>27</b>
3.1. Teorias.....	27
3.2. Conceitos.....	30
3.2.1. Desenvolvimento.....	30
3.2.2. Comunidade.....	31
3.2.3. Participação Comunitária.....	32
3.2.4. Comunicação Rural.....	34
3.2.5. Rádios Comunitárias.....	35
3.2.6. Sustentabilidade.....	35
<b>IV. BASE LEGAL E INSTITUCIONAL PARA O FUNCIONAMENTO DAS RCS.</b>	
<b>RC's.....</b>	<b>37</b>
4.1. Base Legal e Institucional Para o Funcionamento das RC's.....	37
4.2. Sistemas de Comunicação para o Desenvolvimento.....	39

4.3. Sistemas Tradicionais de Comunicação Versus Sistemas Modernos de Comunicação.....	43
<b>V. PROCESSO DE INSTALAÇÃO DA ESTAÇÃO, PROGRAMAS DIFUNDIDOS E MECANISMOS DE GESTÃO.....</b>	<b>47</b>
5.1. A Instalação da Rádio.....	47
5.2. Programas Difundidos.....	51
5.3. Mecanismos de Gestão.....	54
<b>VI. PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NA VIDA DA RC.....</b>	<b>59</b>
6.1. Espaço para o Envolvimento Comunitário.....	59
6.2. Necessidade de Uma Maior Participação Comunitária.....	63
<b>VII. IMPACTO E SUSTENTABILIDADE DA ESTAÇÃO.....</b>	<b>66</b>
7.1. Impacto das Acções.....	66
7.2. Sustentabilidade.....	68
<b>VII. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....</b>	<b>72</b>
<b>IX. BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>77</b>
<b>ANEXOS</b>	



## I. INTRODUÇÃO

### 1.1. Antecedentes e Contexto

Em Moçambique, a introdução dos meios de comunicação social teve seu início com a chegada da primeira máquina tipográfica ao país em 1854 e tinha como principal objectivo satisfazer os interesses do império colonial português. Nesse período, como era de se esperar, a produção de informação estava mais voltada para a organização administrativa da colónia do que para apoiar o desenvolvimento das comunidades indígenas moçambicanas (Jane, 1998).

Ao longo da história, no entanto, houve momentos em que esses meios foram usados com vigor tanto pelo sistema colonial para combater a resistência do povo moçambicano à colonização, como pelos movimentos de libertação nacional para disseminar as suas mensagens sobre a necessidade da independência (Idem).

Com a proclamação da Independência em 1975, Moçambique passou a necessitar de uma política de educação e mobilização da população para as actividades de produção, defesa e de construção de um Estado Socialista que fosse implantado a partir dos bairros e de aldeias comunais que haviam sido criados em todo o território nacional (Idem).

À semelhança do que aconteceu com a maioria dos Países da África Sub-sahariana na década 60, a independência de Moçambique em Junho de 1975, criou nos moçambicanos uma série de expectativas relativamente a uma vida melhor em todos os níveis. O optimismo era de alguma maneira generalizado, particularmente no seio da classe política onde se pensava que a curto prazo havia de se ganhar a batalha contra o subdesenvolvimento (Castelo-Branco, 1995).

Em 1985 havia pouco mais de 10 estações independentes em toda África. Na década que se seguiu, o continente foi abalado por mudanças políticas e sociais rápidas e profundas. Como reflexo desta mudança, em 1988 surgiram centenas de estações de rádios independentes e comunitárias (Bonin e Mesan, 1998).<sup>1</sup>

Considerado um dos países mais pobres do planeta, com uma das mais baixas rendas por habitante e com o tecido social seriamente afectado na sequência de décadas de conflito armado, Moçambique é hoje um dos poucos países africanos que, tendo alcançado a paz, rapidamente se tornou num modelo de democratização, incluindo na área de liberdade de expressão e de imprensa (UNESCO/PNUD, 2001).

Com efeito, em relação ao capítulo da liberdade de expressão e de imprensa, desde finais de 1990, a já revogada Constituição da República que abriu as portas ao pluralismo político, foi evidente no País o surgimento em massa de novos meios de comunicação social do chamado “sector independente”, ou seja, não ligado ao Estado ou Governo. Nesta área é de assinalar o crescente dinamismo em termos de criação e gestão de órgãos de informação, sobretudo estações de Rádio com o envolvimento das comunidades.

Contudo, os antecedentes históricos demonstram que Moçambique foi durante muito tempo um país sem fortes tradições em termos de produção e disseminação de informação de interesse público com o envolvimento das comunidades. Desde os primórdios do desenvolvimento da imprensa em Moçambique, entre finais do século XIX e princípios do século XX, a tendência foi a instalação de

---

<sup>1</sup> A rádio rural ou comunitária existe há já 30 anos e tornou-se conhecida como a voz dos aldeões/do povo. Com os fóruns da rádio grupo, de aldeões ou fazendeiros foram organizados para se encontrarem nas casas uns dos outros e escutarem as radiodifusões, estudar um panfleto e discutir problemas específicos com vista a uma acção cooperativa na resolução dos mesmos. Em 1964, com a UNESCO e a Cooperação canadiana, 40 aldeias estavam envolvidas numa experiência que indicou um aumento de adesões. O sistema foi adoptado de acordo com uma base regular e em 1973 envolvia cerca de 400 grupos no Ghana, Zâmbia, Malawi e Nigéria (Bonin e Mesan, 1998).

jornais de grandes tiragens ou de estações de Rádio com emissores de longo alcance ao serviço do Estado/Governo colonial (UNESCO/PNUD, 2001).

No período posterior à independência de Moçambique foi notório o surgimento em massa de jornais de parede, uma outra forma relativamente menos onerosa de fazer a informação comunitária – em escolas, empresas, escritórios, hospitais e outros locais (Idem).

Com efeito, por iniciativa do então Gabinete de Comunicação Social, hoje Instituto de Comunicação Social (ICS)<sup>2</sup> entre finais da década 70 e princípios de 80, em várias aldeias do interior do país foram instalados equipamentos sonoros, como sejam altifalantes, amplificadores de som e receptores de rádio para a retransmissão das emissões radiofónicas oficiais, apresentação de mensagens, pequenas notícias de interesse comunitário e música (UNESCO/PNUD, 2001).

No entanto, de 1990 a esta parte, com a aprovação da lei de imprensa (Lei n.º 18/91, de 10 de Agosto), foram surgindo em Moçambique, nos principais centros urbanos, várias iniciativas de imprensa comunitária, tanto escrita como radiofónica.

A Rádio Comunitária representa a democratização das comunicações. Desde o advento do processo de democratização em África, nos anos 90, muitos activistas de comunicação agora vêem a Rádio Comunitária como a base de participação popular por parte da maioria do povo e como uma das condições para o alcance do desenvolvimento sustentável (Bonin e Mensan, 1981).

É neste âmbito que se enquadram as iniciativas comunitárias de radiodifusão ligadas ao ICS, a igreja católica, ao projecto do desenvolvimento dos media da UNESCO e diversas iniciativas que nos últimos anos vem emergindo um pouco

---

<sup>2</sup> Órgão do Estado criado através do decreto n.º 1/89, vocacionado para promover a informação, educação e comunicação nas zonas rurais.

por todo o país. Para a materialização dos seus projectos contam muitas vezes com o apoio de organismos nacionais, salientado a iniciativa de Radiodifusão do ex. INDER, ligado ao Projecto de Rede Rural de Rádio e Televisão financiados pelo Orçamento Geral do Estado (OGE).

Todas estas iniciativas surgiram de certa maneira para responder a uma cada vez maior necessidade de informação que os cidadãos têm, um direito, aliás, constitucionalmente consagrado, num país onde nem a radiodifusão e televisão públicas, nem os jornais de grandes tiragens, na sua maioria impressos em Maputo, conseguem cobrir todo o território nacional.

É importante salientar que “na sociedade humana sempre que a mudança é eminente há um fluxo de comunicação. A comunicação atende em geral as mesmas necessidades em todas as sociedades; cada sociedade tem necessidade de investigar seu meio ambiente, de obter consenso sobre decisões importantes e socializar seus novos membros” (Valá, 1998: 25).

## **1.2. Justificação**

Em 1977, o então Ministério da Informação criou o Gabinete de Comunicação Social cuja vocação principal era a divulgação da informação sobre o campo e a promoção do desenvolvimento das populações camponesas. Em 1989, por imperativos de reorganização de modo a imprimir uma maior dinâmica às intervenções de comunicação em prol do desenvolvimento, é extinto o gabinete e em sua substituição é criado o ICS, através do decreto Nº 1/89, de 27 de Março (Valá, 1999).

São objectivos essenciais do ICS os seguintes:

- a) A concepção, produção, difusão e avaliação de materiais informativos e educativos em apoio aos projectos de desenvolvimento político, económico, social e cultural, em particular das comunidades rurais;
- b) Participação na execução de projectos e programas de desenvolvimento sectorial e integrado, orientados para a melhoria das condições de vida da população em geral e das comunidades rurais, em especial, com prioridade para áreas de saúde, educação, agricultura, água, construção, tecnologias básicas e outras actividades que visam a elevação do nível cultural e social do povo;
- c) Promoção do fluxo de informação entre as comunidades locais e entre estas e a comunidade nacional;
- d) Ampliação e consolidação da rede de correspondentes populares do país;
- e) Participação na concepção e recolha da opinião pública no sentido de melhoramento progressivo dos conteúdos informativos do trabalho dos órgãos de informação nacionais.

Porém em Moçambique, falar das RC's é difícil sem fazer menção ao papel de vanguarda do ICS. O ICS possui uma filosofia institucional que lhe vem das suas origens e que soube mantê-la até hoje. Trata-se de uma filosofia ancorada em valores de serviço, honestidade, simplicidade, respeito pelos valores culturais do povo, valorização da ciência e da pesquisa, isenção político-partidária, busca de diálogo, realismo, criatividade, desmistificação da tecnologia, cooperação com todos os sectores da sociedade e, de forma mais explícita, na priorização do melhoramento da qualidade de vida da população, especialmente a rural (ICS, 1997).

Durante a década 90, e como resposta às transformações sócio-económicas e políticas ocorridas na sociedade moçambicana, o ICS opta por “abraçar” a filosofia de comunicação para o desenvolvimento. Essa “nova filosofia”<sup>3</sup> veio enriquecer, consolidar e potenciar os mais de 26 anos de trabalho da instituição em prol do desenvolvimento e ampliar ao máximo o papel do ICS como instituição vocacionada para a comunicação em prol do desenvolvimento (Valá, 1999).

Nesta ordem de ideias é relevante estudar esta temática na medida em que a comunicação é central para o desenvolvimento cultural e que sem ela podem ficar afectados os alicerces fundamentais da educação, informação e cultura. Consequentemente o estudo da comunicação não implica apenas o estudo da cultura na qual ela se integra, mas também tem um papel determinante no processo de desenvolvimento global da sociedade (Fisk, 1990).

Um outro ponto referido por Bordenave (1988: 10) é o facto de que “a população rural concentra a sua vida e seu comportamento ao redor de uma actividade marcante que é a agricultura”. Partindo desse pressuposto, importa referir que os protagonistas principais da comunicação rural são a população rural, o Estado, as empresas, o sector da educação, saúde e meio ambiente. Em grande medida o desenvolvimento rural gira ao redor da comunicação, visto que os produtores necessitam dela para tomar as suas decisões de produção e de convivência; o Estado precisa dela para tomar medidas de política agrária, tanto de carácter financeiro (como incentivos, preços mínimos, linhas de crédito, subsídios, etc.) como de carácter técnico (projectos de pesquisa, actividades de assistência técnica, fiscalização de insumos e produtos, etc.) que venham de encontro as reais necessidades e aspirações dos agricultores; as empresas baseiam as suas decisões

---

<sup>3</sup> A missão do ICS é a comunicação para o desenvolvimento, especialmente o desenvolvimento rural. Na linguagem dos organismos de cooperação internacional, ele tem a seu cargo a dimensão IEC (informação, Educação e comunicação), dos programas e projectos de desenvolvimento (vide BORDENAVE, J, D.- Relatório de consultoria 24 de Outubro- 15 de Dezembro de 1996, Maputo: ICS, 1996, pág. 4). Nos últimos anos, o enfoque comunicação para o desenvolvimento é dominante nas estratégias do ICS.

nas informações sobre requisitos de insumos, equipamentos e sobre a disponibilidade de produtos para alimentar a agro-indústria (Bordenave, 1988).

Segundo Bonin e Mensan (1998) as emissoras das rádios comunitárias para além da sua importância podem ser úteis para o desenvolvimento pois abordam aspectos dos direitos humanos através do direito a informação e da comunicação; enfatizam a emancipação e a auto-estima e finalmente preservam a identidade cultural, através da sua língua e sua herança cultural.

### **1.3. Objectivos**

#### **1.3.1. Geral**

✓ Compreender a influência que a comunicação tem no processo de desenvolvimento da comunidade, em especial a importância da estação da rádio comunitária "Voz Coop" no desenvolvimento da comunidade do Bairro de Bagamoio, na cidade de Maputo.

#### **1.3.2. Específicos**

→ Avaliar o grau de participação das comunidades na programação e gestão da emissora e o tipo de relação existente entre as comunidades e as instituições de apoio.

→ Identificar os mecanismos adoptados pelos gestores da estação da rádio comunitária no funcionamento, organização interna e as estratégias por forma a garantir a sustentabilidade do empreendimento.

→ Analisar o impacto da rádio comunitária na melhoria do nível de vida das famílias locais, e como elas percebem e encaram as mudanças que vão ocorrendo em suas vidas.

#### **1.4. Motivação, local e período de estudo**

O que motivou a escolha do tema foi o facto de ter tido interesse por um texto de apoio na altura em que me encontrava a fazer o segundo ano do curso de bacharelato em ciências sociais, na disciplina de Problemáticas de Desenvolvimento, em que se abordava a questão da importância da comunicação para o desenvolvimento. Foi então que a partir daí optei por apostar neste tema e tentar desenvolvê-lo numa perspectiva de trabalho de fim do curso.

Então surge a questão “porquê Bagamoio?” Isso se deve a fácil localização e acesso ao local, e também porque nunca foi feito um estudo sobre a rádio comunitária “Voz Coop”, e por ter sido recentemente criada é fundamental que se analise a sua dinâmica de desenvolvimento. Igualmente, escolheu-se Bagamoio pelo facto de a comunicação para o desenvolvimento ser um assunto de grande relevância no debate actual sobre a participação das comunidades nos programas e projectos de desenvolvimento local.

Quanto a questão do período, este tem a ver com o facto de ser uma das rádios comunitárias mais recentes que, apesar de ter tido uma emissão experimental em 11 de Julho de 2002, somente o projecto viria a concretizar-se a 5 de Junho de 2003, daí a opção pelo período de 2001-2004. O ano de 2001 tem a ver com o facto de o projecto de desenvolvimento dos media da UNESCO ter sido lançado nesse ano, ao que os trabalhos preliminares para a sua implantação remontam desse período.



## 1.5. Estrutura do Trabalho

O trabalho está estruturado em duas partes, onde na primeira apresentamos o primeiro capítulo destacando os seguintes aspectos: uma breve introdução e pertinência do tema, a justificação, os objectivos do trabalho em análise, motivação, local e período de estudo, seguido da estrutura do trabalho e por fim focalizamos o caso específico de Bagamoio, onde começamos por fazer uma caracterização da área de estudo e sua organização sócio-económica.

O segundo capítulo refere-se a metodologia, onde apresentamos a nossa problemática, pergunta de partida, as hipóteses de trabalho, as fontes consultadas, os métodos e técnicas adoptados, o processo de pesquisa e problemas enfrentados.

O terceiro capítulo que se refere ao quadro teórico e conceptual, seguido do quarto capítulo sobre o enquadramento institucional e legal, onde fazemos uma breve resenha sobre os dispositivos legais, regulamentares e institucionais relacionadas com comunicação para o desenvolvimento.

Na segunda parte apresentamos o quinto capítulo, onde focalizamos o caso específico da RCVC, onde começamos pelo processo de instalação, programas emitidos e mecanismos de gestão, destacamos também o espaço para o envolvimento comunitário, impacto e sustentabilidade da estação e por fim apresentamos as considerações finais, a bibliografia consultada e os anexos.



## 1.6. Caracterização Geográfica e Administrativa da Área de Pesquisa

Por insuficiência de dados para a caracterização do bairro tivemos de recorrer a alguns artigos feitos pela Rádio Voz Coop e outro feito pelo Grupo Dinamizador do bairro.

O bairro de Bagamoio situa-se há cerca de 15 km do centro da cidade de Maputo, é uma zona peri – urbana onde abundam casas de alvenaria junto a estrada nacional nº 1 e outras de construção diversificada no seu interior (Rádio Comunitária Voz Coop, 2003).

O bairro ocupa uma área total de 52 km<sup>2</sup> e de acordo com o censo geral da população realizado em 1997, aquela zona de jurisdição possui uma densidade populacional de 211.386 pessoas dividido em 45 quarteirões (Idem).

O bairro Bagamoio faz limite com o bairro 25 de Junho B, George Dimitrov, vale do Infulene, que divide o distrito Urbano nº 5 e 6 a e nascente faz limite com a pista do aeroporto.

Segundo um estudo feito pela Rádio Voz Coop (2003) a população do bairro é heterogénea, podendo-se encontrar nela uma diversidade de culturas, raças, etnias e crenças religiosas. A população activa é maioritariamente constituída por camponeses, podendo ainda encontrar-se nela operários, escriturários, comerciantes, estudantes, professores, trabalhadores a conta própria e outras ocupações.

No que concerne as infra-estruturas sócio económicas, destaca-se a existência de empresas de todos os ramos de actividade tais como hospitais, diversos centros de saúde estatais e privados, cooperativas de produção, associações cívicas, ONG's,

cerca de 27 escolas que leccionam quase todos os níveis de ensino desde o primário até ao ensino geral, 14 mercados formais, e outros tantos informais, 8 estações de serviço, mais de 15 igrejas, 11 direcções estatais, um número não especificado de centros infantis e jardins de infância e outras áreas de interesse económico e social.

Bagamoio é regido formalmente por um sistema baseado no Conselho Municipal da cidade de Maputo, mais concretamente na administração do Distrito Municipal n.º 5 que responde pelos vários sectores acima citados. É de frisar que a autoridade tradicional tem completado a estrutura de administração do bairro, ajudando a comunidade na resolução de conflitos e de outros aspectos ligados a comunidade, como foi o caso para a instalação da rádio, em que eles foram solicitados para o efeito.

É de salientar um aspecto muito importante no que concerne ao surgimento do nome Bagamoio. Na óptica de um líder comunitário entrevistado, Francisco Chembene, de 56 anos, ele forneceu o seguinte relato: *“eu nasci, cresci e continuo a viver aqui nesse bairro por isso acompanhei e continuo a acompanhar a evolução deste bairro; começo por dizer que antes era considerado Bonfim - que era o nome da rua principal que hoje é chamada de Bagamoio - que cruza a estrada nacional nº 1 e vai até a praia da Costa do Sol. O Português que fundou a rua logo a sua chegada aqui no bairro chamava-se Henrique Mendes, este era um bairro que no período colonial habitavam muitos portugueses e não sei se era coincidência ou não mas a maior parte deles vinham de Setúbal.”*<sup>4</sup>

O nosso interlocutor adianta ainda que: *“o nome Bagamoio provém de um dos campos de treino militar em Tanzânia onde uma parte dos moçambicanos esteve a treinar para a libertação do nosso País. E logo após a Proclamação da Independência Nacional o Presidente Samora Machel baptizou o nosso bairro com o nome de Bagamoio dado que viviam muitos portugueses aqui, e isso foi*

---

<sup>4</sup> Entrevista com Francisco Chembene, Bairro de Bagamoio, 03.08.04

*como um prémio do símbolo da vitória, dado que nós lutamos e sofremos muito para o bem estar deste bairro e como vê o bairro está mostrando sinais de desenvolvimento e isso graças ao nosso esforço.”*

### **1.6.1. Organização Sócio-Económica**

Tendo em conta os aspectos linguísticos como forma de classificação, habitam na comunidade diferentes grupos étnicos destacando-se os Ronga, Changane, indivíduos provenientes do norte do rio Save e também os de descendência Portuguesa.

Para Victor Mateus de 45 anos questionado sobre a diversidade linguística existente na zona afirmou o seguinte: *“aqui sempre viveram indivíduos de diferentes origens, eu, por exemplo, vim da província de Sofala a procura de melhores condições de vida, e tinha como objectivo trabalhar nas minas da África do Sul e consegui, só que agora decidi parar e abrir o meu próprio negócio.”* Acrescenta ainda que: *“o meu caso não é o único pois tenho amigos da província da Zambézia, Tete e até de Sofala que saíram das suas zonas de origem e vivem aqui no Bagamoio e acabaram formando suas famílias mas esses continuam a trabalhar nas minas e só vem passar férias em Dezembro.”*<sup>5</sup>

Por seu turno o secretário do bairro Jaime Nhantave de 56 anos sobre o mesmo aspecto disse o seguinte: *“vivo aqui no bairro desde 1974 e sou da província de Gaza, fiz parte do grupo que formou e organizou o bairro, foi um trabalho muito difícil porque tínhamos de saber a origem de todos os moradores e constatei que existem quase todos grupos étnicos do nosso País e assim como estrangeira que são os descendentes dos Portugueses e os Nigerianos que chegaram a pouco tempo e estão ligados ao mercado informal.”*<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Entrevista com Victor Mateus, Bairro de Bagamoio, 03.08.04.

<sup>6</sup> Entrevista com Jaime Nhantave, Bairro de Bagamoio, 04.08.04

Como complemento dos órgãos locais do Estado, no bairro Bagamoio, existem líderes comunitários, que tem como função a mediação dos conflitos dentro da comunidade como afirma um dos líderes comunitários, Timóteo Licoze de 56 anos: *“em caso de conflitos na família, primeiro ela deve se reunir para resolver o problema, caso não se consiga daí é que se recorre aos líderes comunitários para o problema ser encaminhado ao grupo dinamizador e depois ao tribunal do bairro, mas há casos de agressão física em que é necessária a intervenção imediata da polícia.”*<sup>7</sup>

Sobre a mesma questão Jaime Nhantave afirmou o seguinte: *“a maior parte dos conflitos provém dos jovens que consomem droga e conseqüentemente, tornam-se agressivos e começam a roubar, quando nos deparamos com eles nessas condições pedimos a polícia para os deter até passar o efeito da droga, pois muita das vezes eles se arrependem do que cometeram no estado de embriaguez ou de droga”*.

Sobre o aspecto dos líderes comunitários Namburete (2000) afirma que ela se vê constantemente na obrigação de negociar junto a população que o legitima e junto a autoridade formal e promotores das campanhas, buscando estratégias que permitam simultaneamente a sobrevivência do seu poder simbólico, a satisfação das expectativas e desejos da comunidade que o legitima.

Um dos aspectos marcantes no bairro é a poligamia. Segundo Ford (1982), são fundamentadas tanto por questões sociais e de prestígio, como económicas na medida em que a poligamia permite manter no seio da comunidade uma potencial força de trabalho para actividades agrícolas como a lavoura, plantio de culturas secundárias bem como ter um grande número de filhos para aumentar a força de patrilinhagem e o prestígio dos homens.

Alexandre Zandamela, mais conhecido por “madala Zande” sobre a questão da poligamia disse que elas surgem pelo facto dos seus antepassados usarem muito essa prática e a tendência é de continuar nessa linha para ter muitos homens e estes poderem continuar com o apelido. Acrescenta ainda que: *“eu já fui polígamo*

---

<sup>7</sup> Entrevista com Timóteo Licoze, Bairro de Bagamoio, 03.08.04

*tenho 13 filhos, mas depois de ter perdido uma das minhas esposas acabei não arranjando mais nenhuma, porque segundo a minha tradição devia arranjar uma substituta na família da falecida. Devo dizer ainda que para nós mais velhos tende a diminuir, mas está a intensificar-se entre os mais jovens”.*<sup>8</sup>

Timóteo Licoze, sobre o mesmo assunto defende um pouco a mesma ideia mas acrescenta mais um aspecto: *“agora a poligamia não existe em grande escala, existe um e outro caso, praticamente são casos isolados.”* Acrescenta ainda que: *antes a prática da poligamia era juntar seis a sete mulheres numa mesma casa ou palhotas construídas ao redor da casa principal que era a do homem, mas agora o que tem se notado é mais amantismo”.*<sup>9</sup>

Enquanto que Julieta Mugabe de 33 anos defende uma ideia um pouco na mesma esteira afirmando o seguinte: *“ainda persiste a prática da poligamia, mas não em grande número como anteriormente, eu acho que o motivo que leva a essa diminuição é por causa do SIDA porque estamos sempre a ouvir a falar sobre isso na rádio e muita gente tende a diminuir essa prática”.*<sup>10</sup>

No que concerne ao aspecto ligado a herança, descendência e sucessão são feitas por via masculina, mas também a esposa ou os filhos no geral, tem pleno direito em caso de morte do homem, como nos afirmou Alexandre Zandamela de 56 anos: *“em caso de morte do progenitor quem deve ficar a tomar conta dos bens é a esposa e seus filhos, eles tem o pleno direito, nenhum membro da família do homem ou da mulher deve interferir porque o homem adquiriu os bens com a esposa e não com os familiares, digo isso porque tenho notado muitos casos dessa natureza em que os familiares logo após a morte de um dos seus irmãos levam todos os bens deixando a esposa do defunto sem nada.”*<sup>11</sup>

Quanto à questão da religião existem várias igrejas destacando-se as seguintes: Salvação, Metodista Unida, Anglicana, Belém de Moçambique, Velhos apóstolos,

---

<sup>8</sup> Entrevista com Alexandre Zandamela, Bairro de Bagamoio, 03.08.04.

<sup>9</sup> Entrevista com Timóteo Licoze, Bairro de Bagamoio, 03.08.04.

<sup>10</sup> Entrevista com Julieta Mugabe, Bairro de Bagamoio, 03.08.04.

<sup>11</sup> Entrevista com Alexandre Zandamela, Bairro de Bagamoio, 03.08.04.

Flucibeque, Nazareno, Bom Pastor, Evangélica, 12 Apóstolos, Católica Apostólica Romana que é a que mais crentes têm naquele bairro.

É de salientar que para além dessas igrejas a comunidade realiza culto aos antepassados, que segundo Bernardi (1970) o objectivo do culto é estabelecer uma relação com a divindade ou com os espíritos, quer para atingir um contacto directo e pessoal (visões, êxtases, estado de possessão), quer para obter protecção e ajuda, quer para reparar uma culpa cometida. Em geral, recorre-se ao ser supremo em circunstâncias graves e solenes, proporcionadas ao seu poder e sua grandeza; os espíritos da natureza são invocados segundo as suas características; os antepassados têm uma relação directa com seus parentes, e mais genericamente, com seu povo.

Sobre esse aspecto Alexandre Zandamela afirmou-nos o seguinte: *“eu na minha casa realizo o culto associado à religião porque depois de realizar uma missa em memória do defunto, quando voltamos para casa aí é que fazemos a cerimónia tradicional para o defunto compreender que lhe amava-mos e continuamos a amá-lo, só assim é que os espíritos dele descansam em paz porque damos um pouco de vinho e um pedaço de carne e a outra parte comemos nós em sua memória.”*

Em termos de actividade económica, segundo um estudo feito pela Rádio Voz Coop (2003) constatou-se que a comunidade, para além de manter ligações com outros bairros na compra de alguns produtos alimentícios, a maior produção é local dirigida pela UGC com mais de 6500 membros congregados em 186 cooperativas.



## II. METODOLOGIA

### 2.1. A Problemática

A emergência das rádios comunitárias nas diferentes partes do mundo esteve directamente ligada aos movimentos de base usando a rádio como ferramenta para atingir os seus círculos – a comunidade. Até recentemente, este não tem sido o caso em Moçambique. Após anos de censura, desde a era colonial à de imprensa monopartidária, a lei de Imprensa Moçambicana, aberta à democracia – em vigor desde 1991 – mudou radicalmente o ambiente dos media no país. Desde 1995, o Instituto de Comunicação Social, órgão estatal, e a igreja católica iniciaram rádios com orientação comunitária. De forma crescente, estações independentes, baseadas em associações cívicas, começam a surgir (UNESCO/PNUD 2001).

Em 1992, logo após o término do conflito armado que assolou o País por um período de cerca 16 anos (1977-1992) iniciou-se uma série de iniciativas (projectos e programas de ajuda para o combate a pobreza e ao enorme caos social e económico que se vivia em todo o País resultante do conflito armado); a título de exemplo, só no período entre 1981 e 1983, os ataques militares da Renamo saldaram-se na destruição de 140 aldeias, 840 escolas, 200 postos de saúde, 900 cantinas rurais e causaram milhares de mortos e centenas de milhares de dólares de prejuízos a economia moçambicana (Roesch, 1992).

É importante referir que estes programas ou projectos de desenvolvimento, eram na sua maioria executados por organizações não-governamentais e agências internacionais, para o nosso caso de estudo a entidade responsável é a UNESCO, que está ligada ao projecto de desenvolvimento dos media em Moçambique.

Numa situação como a de Moçambique, onde a maior parte da população vive em níveis de extrema pobreza e deste modo, não tem condições de comprar um jornal

regularmente ou dispor de um televisor, onde a maior parte da população é analfabeta e, logo, não sabe ler nem falar a língua oficial portuguesa, onde a rede de comunicação é deficiente, dessa maneira, não permite a ampla distribuição de periódicos pelos distritos, localidades, aldeias, as rádios comunitárias apresentam-se seguramente, como o meio de comunicação social que mais facilmente pode atingir o público destinatário (UNESCO/PNUD, 2001).

Com isso queremos dizer, que segundo um artigo feito pela rádio voz coop (2003) é nesse contexto que surge a necessidade de se criar uma rádio no bairro de Bagamoio, quando em 1999 o projecto media da UNESCO em Moçambique, através dos órgãos de comunicação social, publica um anúncio solicitando candidaturas de organizações cívicas nacionais com interesse de instalar rádios comunitárias.

A União Geral das Cooperativas, pretendendo manifestar o compromisso em assegurar a sustentabilidade técnica e financeira do projecto, em 10 de Março do mesmo ano, enviou a sua resposta, dando por iniciado um intenso processo rumo a um sonho já há muito acalentado por muitos dos seus membros cooperativistas: a instalação de uma rádio comunitária (Idem).

Para o ICS (2001) a criação formal, até a legalização da UGC, resultou de um processo continuado de mobilização de pequenos agricultores, mais concretamente mulheres camponesas, através das formas mais acessíveis de comunicação, como sendo o contacto directo entre as camponesas e reuniões com os líderes comunitários para troca de ideias. Esta troca de ideias visava disseminar a informação sobre a existência da estação emissora assim como o perfil de uma rádio comunitária que teve a sua primeira fase experimental a 11 de Julho de 2002 e sua inauguração a 5 de Junho de 2003.

Esta situação demonstra que para combater o subdesenvolvimento em vários países do Terceiro Mundo do qual Moçambique faz parte foi concebida passando pela modernização da vida nas zonas rurais e pela introdução de novos conhecimentos técnico-científicos e de formas mais modernas de comunicação, que se tem revelado como uma das componentes fundamentais para o desenvolvimento, nesse caso da comunicação e em particular as rádios comunitárias.

As diferentes abordagens em torno desta temática salientam, segundo Valá (1998: 25), que “o desenvolvimento das comunicações, muitas vezes esteve no centro das transformações da sociedade, e não só permite também o desenvolvimento de outras instituições da sociedade, escolas, indústrias, comércio e serviços, como também está intimamente relacionado com alguns índices de crescimento social, económico, tais como alfabetização, renda per capita e urbanização”.

No entanto para o presente estudo, interessa-nos compreender a influência que a comunicação tem no processo de desenvolvimento da comunidade, em especial a importância da estação da RC no desenvolvimento da comunidade de Bagamoio.

Portanto surge-nos uma inquietação no sentido de saber o que aconteceu ou está a acontecer com a RC face ao desenvolvimento local?

A Rádio Comunitária voz coop tem como missão principal o exercício de comunicação para o desenvolvimento em todas esferas no âmbito sócio-económico e cultural da mulher camponesa e da cooperativista, dando-a oportunidade de fazer chegar a sua voz e a dos demais actores na vida da comunidade na conquista dos seus mais legítimos direitos e dignidade humana.

A rádio tem dado especial atenção às actividades ligadas ao sucesso assim como as dificuldades dentro do movimento cooperativo agro-pecuário agregado na

UGC, mas não só, e como incidência nas camadas camponesas das zonas suburbanas das cidades da Maputo e Matola.

Os princípios específicos da RCVC conformam-se com os da UGC, sua proprietária, no seu domínio particular, a rádio contribui para a prossecução dos objectivos gerais da UGC e de toda a sua massa de membros, através de:

- Área de informação- proporciona um informação imparcial, objectiva e rigorosa, dando especial relevo à luta das cooperativas agro-pecuárias associadas, contra a fome, pela educação e pela promoção social do camponês e da camponesa.

- Área de programas- promove a defesa e a difusão dos valores cívicos, morais e culturais de Moçambique, de forma aberta e participativa através de debates e rádio-dramas.

Para além dos aspectos positivos, devemos destacar alguns pontos que necessitam de uma solução viável, na medida que ela não seguem as directrizes, ou seja, falta de um conhecimento sócio – cultural do local ou comunidade onde ela esteja inserida.

A maior parte dos utentes da rádio não se identificam com ela, daí que apesar de ser uma rádio de cariz comunitária, muita das vezes não chega a satisfazer aquilo que são as aspirações da comunidade, isto por falta de um envolvimento activo da comunidade.

O principal problema está na diferenciação social que a rádio trouxe, o agricultor ou o camponês não tem acesso ao próprio rádio, daí que não acompanha a informação dado que ele levanta-se muito cedo para ir a machamba e quando volta a rádio já se encontra fechada, enquanto que as famílias “estáveis” têm tido

acesso a informação tanto no seu local de trabalho assim como nos locais de lazer ou de convívio depois de um dia trabalho, destacamos nesse caso as “barracas”.

O desenvolvimento dos meios de comunicação de massas é um dos requisitos para o desenvolvimento da sociedade. Contudo os meios tradicionais de comunicação social – o bazar, a igreja, o café, o restaurante, o espectáculo, etc. – continuam a exercer a sua influência mesmo depois das transmissões radiofónicas (Learner & Schramm, 1973). Com isso questionar como é que a comunidade concilia estes dois sistemas de comunicação? Funcionam paralelamente? Conciliam ou são complementares? Neste ponto o grande desafio é garantir uma eficiente integração dos sistemas tradicionais de comunicação e os sistemas modernos (ex. Rádios comunitárias).

Ainda na perspectiva de Learner e Schramm (1973:109) “há um outro problema a ser analisado que está ligado ao facto de que “experiências recentes em mudança planeada nas nações em desenvolvimento têm revelado o significado crítico das comunicações na execução de programas de desenvolvimento económico e de mudança tecnológica. Estas experiências tem mostrado ao planeador que mesmo projectos bem elaborados de modernização fracassam em engajar o povo e produzir resultados desejados, ao menos que sejam sustentados por um programa de comunicação imaginativa adequada e eficiente”. Portanto surge a questão de procurar analisar como é feita a gestão da estação da rádio? E até que ponto ela funciona como um instrumento de promoção sócio – económico das comunidades onde ela está inserida?

Um outro aspecto muito importante da rádio comunitária é o assunto da participação comunitária, para garantir que a comunidade é de facto a proprietária e controla a estação (Bonin e Mesan 1980). Dentro desta problemática procurar saber como é que a comunidade participa na elaboração e difusão dos programas e se a rádio ou a notícia reflecte a imagem e a realidade da comunidade ou

comunidades onde ela esteja inserida? Será que na RC há um efectivo envolvimento das comunidades? Quais são os grupos que participam, os que não participam e porquê?

Um outro problema está ligado a parcialidade das notícias que segundo Hackett (1984), o partidarismo político da parte dos donos, anunciantes ou responsáveis editoriais é o principal obstáculo que se põe à informação objectiva. Uma vez que a parcialidade é frequentemente conceptualizada como uma manifestação de intento deliberado ou a consequência involuntária de uma posição ideológica ou ligação partidária, com isso questionar como é transmitida a informação, se vai de acordo com as reais necessidades ou se defende os interesses de um partido?

A definição de financiamento para os serviços de radiodifusão comunitária inclui uma série de fontes tais como: doações quotizações de sócios, eventos para angariar fundos, subsídios, patrocínios, etc. Tal variedade de fontes de financiamento é de importância vital para a viabilidade e sustentabilidade de qualquer rádio comunitária (Idem). Será que ao nível das comunidades, o incremento económico é tal que torna possível a viabilidade da mesma? As zonas com RC's são mais desenvolvidas que as zonas sem RC's?

Bonin e Mensan (1980) adiantam ainda que algumas estações baseiam-se em áreas rurais ou em áreas com pouca ou nenhuma capacidade económica para sustentar a estação. Nestas áreas o rendimento autogerado (publicidade, quotas, patrocínios locais) podem não cobrir todas as necessidades da estação, podendo requerer financiamento suplementar através de apoio financeiro ou material das organizações nacionais doadoras (igrejas, organizações de solidariedade social, sindicatos, grandes associações vocacionadas, fundações) ou agências internacionais para o apoio ao desenvolvimento. Partindo desse pressuposto procurar saber quais os grandes desafios da sustentabilidade da estação da rádio?

O modelo de RC para Moçambique é sustentável e tem um grande impacto no desenvolvimento local?

No que concerne à tomada de decisões é necessário saber como é que a comunidade participa nela, na medida em que, segundo Ferrinho (1993:127) “a participação activa no desenvolvimento exige diálogo da fonte ou agente de apoio com os rurais de modo a que eles tomem decisões sobre inovações e sejam os principais agentes da sua difusão na comunidade”. Será que as decisões são tomadas de forma democrática?

## **2.2. Pergunta de Partida**

De que modo a rádio comunitária, como vector de promoção da comunicação para o desenvolvimento local, contribui para a melhoria do sistema de informação, educação e comunicação de modo a melhorar as condições de vida da comunidade do Bairro de Bagamoio?

## **2.3. Hipóteses**

— Embora os canais de comunicação tradicional continuem sendo importantes, a rádio comunitária é fundamental para difundir conhecimentos e informações importantes para o desenvolvimento sócio-económico da comunidade.

— A rádio comunitária é um dos requisitos para o desenvolvimento da comunidade, tendo em conta que ela (comunidade) participa activamente na gestão, o que garante a sustentabilidade da rádio.

## **2.4. Fontes Consultadas**

A investigação que está na base deste projecto de pesquisa explorou três tipos de fontes:

- a) fontes primárias como documentos oficiais (relatórios, revistas, etc.) da UNESCO, ICS, RM;
- b) fontes orais que foram essencialmente constituídas por entrevistas semi-estruturadas realizadas no distrito;
- c) as fontes secundárias como obras sobre o tema (tanto a nível geral como no caso moçambicano), artigos e outros trabalhos académicos (publicados ou não).

As investigações preliminares desenvolveram-se em duas fases distintas: a primeira consistiu numa pesquisa teórica –bibliográfica e teve lugar em algumas bibliotecas disponíveis em Maputo (ex-UFICS, CEA, CEEI, RM, Centro Cultural Português, ICS, UNESCO).

## **2.5. Métodos e Técnicas Adoptados**

Importa referir em primeiro lugar que o nosso trabalho foi efectuado em três momentos fundamentais, distintos e interligados a saber: na primeira etapa cingimo-nos à pesquisa documental da bibliografia nas principais bibliotecas da cidade de Maputo, a saber: FLCS, CEA, Centro Cultural Português, UNESCO, ICS, CEB, RM, CEEI.

Depois desta fase fomos ao campo, isto é ao Bairro de Bagamoio onde consultamos alguns artigos no círculo do bairro, na própria rádio comunitária a fim de obtermos mais informações e cruzar com as fontes escritas e as orais.



Para a presente pesquisa usou-se a perspectiva qualitativa tendo sido usado o método monográfico<sup>12</sup> na medida em que ela nos fornece a informação do geral para o particular, e para elucidar irei cruzar com o método histórico promovido por Boas, que consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma actual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época (Lakatos e Marconi 1999).

A fase exploratória foi realizada em dez dias, e neste processo entrevistamos cerca de vinte e sete indivíduos de ambos os sexos e de todas as faixas etárias desde mulheres, homens e idosos, dos quais vinte são ouvintes da Rádio ou seja pertencentes a comunidade e sete funcionários da RCVC.

Usamos para o presente estudo entrevistas semi-estruturadas (individuais e colectivas), conversas formais e informais, com algumas personalidades do bairro: Chefe do posto administrativo do Distrito Municipal nº 5, Secretário do bairro e alguns Líderes Comunitários.

Usamos a observação não participante<sup>13</sup> e directa porque a observação como técnica permite segundo Lakatos e Marconi (1994) uma colecta de dados para conseguir informações e não consiste apenas em ver, e ouvir, mas também

---

<sup>12</sup> Criado por Le Play e citado por Lakatos e Marconi (1999) que consiste no estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, grupos ou comunidades, com finalidade de obter generalizações. A investigação deve examinar o tema escolhido, observando todos factores que o influenciaram e analisando-o em todos seus aspectos.

<sup>13</sup> Existe uma diferença entre observação participante e não - participante. A observação participante pressupõe que o investigador se integre e participe activamente nos afazeres do grupo que estuda, ganhando a sua confiança e incorporando-se no seu modo de vida; a segunda implica a presença do investigador em algumas ocasiões, mas não participando activamente na vida do grupo.

examinar factos ou fenómenos que se desejam estudar e permite a evidência de dados não constantes no roteiro de entrevistas; optamos pela observação não-participante porque permite que o pesquisador tome contacto com a comunidade, grupo ou realidade estudada, mas sem integrar-se a ela.

A terceira e última fase do nosso trabalho consistiu na análise e interpretação dos dados e sua confrontação com as fontes bibliográficas, privilegiando análise qualitativa dos dados, através da descrição e interpretação das informações provenientes das entrevistas e da bibliografia consultada.

## **2.6. O Processo de Pesquisa e Problemas Enfrentados**

O nosso trabalho foi efectuado em quatro momentos distintos, onde no primeiro momento foi o da escolha do tema fazendo simultaneamente a pesquisa documental e bibliográfica que consistiu na recolha e selecção de documentos e dados nas bibliotecas da FLCS, CEA, CCP-Instituto de Camões, UNESCO, ICS, CEB, RM, CEEI, que de seguida o segundo momento foi o da revisão da literatura pelo qual decorreu desde princípios do mês de Abril a meados do mês de Julho de 2004.

O terceiro momento foi o da deslocação a Sede do Distrito Municipal nº 5 a fim de apresentar a respectiva credencial no sentido de facilitar a apresentação no círculo do Bairro e na respectiva rádio em estudo e ainda no Distrito Municipal para colher algumas informações pertinentes ligadas ao Bairro. O trabalho de campo foi realizado em aproximadamente 10 dias que compreendeu de 02 a 12 de Agosto de 2004, onde entrevistamos vinte e sete indivíduos dos quais sete funcionários da rádio e vinte ouvintes de ambos os sexos e de quase todas as faixas etárias.

O quarto momento consistiu na análise e discussão dos dados recolhidos que se realizou no período compreendido entre 30 de Agosto de 2004 a 20 de Dezembro

do mesmo ano, posteriormente seguiu-se a fase da elaboração do relatório final que foi de 15 de Janeiro a 28 de Junho de 2005.

Contudo, é de salientar que não deixaram de surgir dificuldades, primeiro o de ordem financeira, o que culminou com o pouco tempo de pesquisa de campo, escassez de bibliografia relacionada com bairro de Bagamoio. Dificuldades surgiram também durante o período das entrevistas porque alguns dos interlocutores tinham receio de serem entrevistados, primeiro por pensarem que éramos de uma organização que ia doar fundos e segundo, por pensarem que a entrevista tinha uma finalidade política e não académica.

### III. QUADRO TEÓRICO-CONCEPTUAL

#### 3.1. Teorias

Para que o nosso estudo fosse possível tivemos que recorrer a um determinado macro teórico, e tendo em conta o assunto central da pesquisa: Comunicação para o desenvolvimento.

Segundo Lobo, (2001: 25) por teoria da comunicação entende-se “a medida quantitativa dos sinais a serem transmitidos num processo de comunicação, isto é, trata-se de dados físicos que um sistema técnico transmite a outro sistema técnico. O problema que se coloca é a teoria da informação poder transmitir o maior número de dados com o mínimo de perdas de interferências ou de alterações. Trata-se de saber quais são os sistemas que permitem transmitir correctamente uma mensagem de forma mais simples, mais breve e mais segura”.

Pelo contrário, “a teoria da informação procura estudar como o homem consegue exprimir e tornar comuns aos outros os seus próprios conteúdos mentais, independentemente do meio físico que torna possível a transmissão daquele sinal. Por exemplo, quando assistimos ao telejornal interessa-nos saber o que nos comunicam em relação aos acontecimentos do dia” (Idem: 25).

Convém, portanto, não confundir teoria da informação com teoria da comunicação, que são radicalmente diferentes sendo, contudo, complemento uma da outra. Não existe comunicação sem o processo físico que serve de veículo a essa comunicação, mas por outro lado, se não existisse comunicação também não seria necessária a teoria da informação (Idem).

Segundo Lerner e Schramm (1973) quando se pretende produzir uma mudança em atitudes ou comportamentos, a comunicação bidireccional, aquela em que há

retroalimentação, é mais eficiente que a unidireccional. A comunicação bidireccional ao serviço da mudança requer mais do que a simples obtenção de informações sobre pessoas a serem mudadas; ela requer participação de ambas as partes na mudança sugerida.

Namburete (2000) fazendo-se valer das contribuições de John B. Thompson na sua teoria social da media, defende que o uso dos meios de comunicação social implica necessariamente a criação de novas formas de acção e interacção no mundo social gerando novos tipos de relações sociais e novas maneiras de relacionamento do indivíduo com os outros e consigo mesmo. Utilizando os meios de comunicação os indivíduos passam a relacionar-se através de formas de interacção que diferem radicalmente da forma tradicional face-a-face, que caracteriza a maioria dos nossos encontros quotidianos.

Ainda no seu artigo, Namburete (2000) afirma que o tipo de informação veiculada pela rádio comunitária carrega um forte acento de maior integração entre as várias localidades, de troca de experiências das populações no contacto com os diversos programas preventivos e de desenvolvimento. É significativo o facto de avisos familiares, religiosos, administrativos, recados pessoais, notas sobre falecimentos informando familiares e amigos da família enlutada sobre cerimónias fúnebres tradicionais ocuparem grande espaço de antena. Frequentemente pode-se perceber que a rádio comunitária funciona também como um meio de comunicação do género telefone, pela quantidade de mensagens e avisos particulares.

Wolf (1995) no que concerne a teoria funcionalista das comunicações de massa, afirma que ela constitui essencialmente uma abordagem global aos meios de comunicação de massa no seu conjunto. A questão de fundo são as funções exercidas pela comunicação de massa na sociedade. A teoria funcionalista dos mass media - ao mesmo tempo que passa do estudo dos efeitos para o das funções- refere-se a um outro contexto comunicativo. De uma situação

específica como uma campanha informativa, passa-se para a situação comunicativa mais normal e usual da produção e difusão quotidiana das mensagens de massa. As funções analisadas não estão associadas a contextos comunicativos especiais mas à presença dos mass media na sociedade.

Ainda no seu artigo Wolf (1995) afirma que, segundo o ponto de vista acima citado, a teoria funcionalista das comunicações de massa representa um momento significativo da transição entre as teorias precedentes sobre os efeitos a curto prazo e as hipóteses sobre os efeitos a longo prazo.

A teoria funcionalista ocupa uma posição muito precisa que consiste na definição da problemática dos mass media a partir do ponto de vista da sociedade e do seu equilíbrio, da perspectiva do funcionamento do sistema social no seu conjunto e do contributo que as suas componentes dão a esse funcionamento. Já não é a dinâmica interna dos processos comunicativos que define o campo de interesse de uma teoria dos mass media, é a dinâmica do sistema social e o papel que nela desempenham as comunicações de massa. A teoria funcionalista representa assim, uma etapa importante na crescente e progressiva orientação sociológica da pesquisa em comunicação (Idem).

Para o nosso trabalho a teoria defendida por Namburete é a que vai de encontro com a realidade por nós estudada, na medida em que com a introdução da rádio na comunidade, novas formas de acção e interacção foram surgindo, de salientar ainda que a rádio vai dando a conhecer vários aspectos que não eram notórios antes da sua introdução, como é o caso do combate e prevenção do SIDA e projectos de desenvolvimento, e é notória agora a facilidade que a comunidade tem no sentido de se informar quanto à questão de falecimentos.

## **3.2. Conceitos**

Na abordagem do nosso objecto de estudo não só se exigiu uma definição, delimitação de um referencial teórico, como também a clarificação para melhor compreensão de alguns conceitos que consideramos fundamentais, tais como os que se seguem nos pontos subsequentes.

### **3.2.1. Desenvolvimento**

Casal (1994) é de opinião de que o desenvolvimento deve ser entendido como um processo social de mudança, total e integrado, afectando instituições, mentalidades, valores, sistemas produtivos, sociedades e indivíduos.

Valá (1997) entende por desenvolvimento como sendo um processo multifacetado e autosustentado, levado a cabo através da participação dos indivíduos a agirem para a satisfação dos seus próprios interesses, tal como eles mesmos os concebem, sob o seu próprio controlo.

Enquanto que Sardan (1990) propõem uma definição fundamentalmente metodológica, em que define desenvolvimento como sendo um conjunto de processos sociais induzidos por operações voluntaristas de transformação de um meio social, empreendido por meio de instituições ou de actores externos que procuram mobilizar o meio. O desenvolvimento recorre efectivamente a vários actores sociais que empreendem acções e estratégias consideravelmente diferentes para a satisfação de necessidades e interesses.

Neste contexto entendemos o desenvolvimento como sendo um processo multifacetado e autosustentado de transformação de um meio, tendo em conta que engloba acções individuais ou colectivas com intuito de melhorarem as condições sócio-económicas de uma determinada família ou comunidade.

### 3.2.2. Comunidade

Valá (1998) define ou designa comunidade como sendo um determinado grupo populacional que habita um espaço físico específico, que comunga os mesmos recursos em seu próprio benefício, podendo ou não ter uma forma específica de organização social. Uma comunidade é um grupo de pessoas que vivem na mesma área geográfica partilhando muitas vezes objectivos, interesses e valores comuns (crenças, costumes, hábitos, língua, representações, artefactos, etc.).

Por sua vez Chichava (1999) analisou este conceito numa perspectiva desenvolvimentista, onde considera a comunidade como sendo uma forma específica de associação humana: um grupo social definido como base étnica, religiosa, casta, língua, residência, onde o grupo alvo ou grupo potencial tende a ser promovido no decurso de um dado projecto ou programa.

O mesmo autor vê ainda a comunidade como um importante elemento nas ideologias políticas modernas. Isto significa um cometimento dos interesses e bem estar da maioria da população (normalmente a mais desfavorecida), referindo-se também às políticas e estratégias de desenvolvimento das populações no planeamento e execução de projectos individuais e programas gerais.

Uma outra perspectiva é apresentada pelo sociólogo alemão Tönnies (1944) que criou uma tipologia onde estabelecia uma dicotomia entre comunidade (*gemeinschaft*) e sociedade (*gesellschaft*). A comunidade repousa em três vectores: o sangue, a vizinhança e a amizade, sendo o sangue o seu elemento constitutivo e o trabalho e crença, a sua base de construção. Por seu turno a sociedade é marcada pela competição e conflito, onde os indivíduos estão vinculados, mas divididos.

Casal (1996) define comunidade como sendo um património de grupo – é um território, cuja extensão corresponde a área de influência dos vínculos linhageiros,



de solidariedade e de aliança entre grupos que se equilibram reciprocamente, os direitos sobre o espaço comunitário materializam-se através de mecanismos de acesso individual a terra e aos demais recursos naturais, tornados legítimos pela mediação das relações e laços genealógicos reais ou fictícios.

Assim sendo o conceito usado neste trabalho é de que comunidade refere-se a um conjunto de indivíduos que partilhando o mesmo espaço geográfico e universo cultural, têm um sentimento de pertença e estabelecem entre si relações sociais marcadas por interação, complementaridade e conflitos.

### **3.2.3. Participação Comunitária**

Antes de definir este conceito importa frisar a questão da participação para o desenvolvimento.

Pretty et Al (1995) sustenta que o conceito de participação possui sete sentidos diferentes, oscilando entre participação passiva, em que as pessoas se envolvem por ouvirem dizer o que vai acontecer e a automobilização, onde as pessoas tomam iniciativas do desenvolvimento, decisões para melhorarem as suas condições de vida de uma forma independente das externas.

Vejamos a tipologia de Pretty (1995) no que se refere a participação no desenvolvimento:

- *Participação passiva*: as pessoas participam depois de uma informação acerca do que está a acontecer ou aconteceu.

- *Participação por informação*: aquela em que as pessoas participam respondendo a perguntas feitas pelos pesquisadores.

- *Participação por consulta*: as pessoas são consultadas, mas são os peritos estrangeiros relativo a comunidade que decidem o que fazer depois da consulta.

- *Participação por incentivos materiais*: aquela em as pessoas participam recebendo em troca algum bem material.

- *Participação funcional*: aquela em que as pessoas participam formando grupos para alcançar determinados objectivos de um determinado projecto.

- *Participação interactiva*: aquela em as pessoas participam em análises conjuntas que levam a um plano de acção.

- *Participação por automobalização*: as pessoas participam tomando iniciativas numa forma independente das instituições externas ao seu meio, para melhorar as condições de vida.

Segundo Chichava (1999) a participação corresponde a uma forma de acção política, isto é, envolve um processo social com implicações políticas, com intuito de assistir aos grupos mais desfavorecidos a clarificar e expressar não apenas as suas necessidades, mas também a tomada da acção colectiva para a sua resolução, envolvendo tais comunidades nas tomadas de decisões, na implementação e gestão sobre seus próprios recursos.

Para Valá (1998:18) o conceito participação comunitária “é um processo em que os membros de uma determinada comunidade participam de uma forma activa na identificação e análise dos seus problemas, a busca de soluções alternativas, mobilização de recursos e realização de intervenções de desenvolvimento”.

Para o mesmo autor a participação comunitária é muito importante pela necessidade de envolverem directamente as comunidades locais nos processos de desenvolvimento; ela significa muito mais do que auscultação ocasional da

população sobre as acções específicas, e ainda mais implica uma autonomia local, requer a existência de organizações voluntárias ao nível de base, enraizadas na tradição e cultura locais, com lideranças próprias e legítimas, com pleno envolvimento da mulher e assente na inclusão social.

Como se pode constatar, participação comunitária surge como um conceito dotado de diferentes sentidos. Sendo assim para o nosso trabalho definimos participação comunitária como sendo um processo em que se envolve activamente no processo de tomada de decisões em todas as etapas dum projecto de desenvolvimento.

#### **3.2.4. Comunicação Rural**

Bordenave (1996) entende que a comunicação não pode ter em vista apenas para modificar conhecimentos, atitudes, comportamentos e etc., mas deve principalmente garantir o diálogo e a participação bem como o aumento do poder de comunicação da população.

Num outro artigo, o mesmo autor define esse conceito como sendo o conjunto de fluxos de informação, de diálogo e de influência recíproca existentes entre os componentes do sector rural e os demais sectores da nação afectados pelo funcionamento da agricultura, ou os interessados no melhoramento da vida rural.

Os meios e canais através dos quais aqueles fluxos circulam podem ser de natureza pessoal – formal ou informal – como no caso de visitas mútuas, as reuniões, as feiras e exposições, as festas e velórios, como de índole impessoal quando se empregam meios de comunicação como o jornal, rádio, revistas, cartazes, cinema e áudio visuais (Bordenave, 1988).

Neste contexto, entendemos comunicação rural como sendo um processo que permite o intercâmbio, ou seja, a reciprocidade entre a rádio e a comunidade,

permitindo a participação da comunidade e contribuindo para o desenvolvimento dela em toda a sua multidimensionalidade.

### **3.2.5. Rádios Comunitárias**

Na perspectiva do Projecto de Desenvolvimento dos Media em Moçambique (UNESCO/PNUD, 2001) que opera ao abrigo de um acordo entre o governo moçambicano e UNESCO, a rádio comunitária é aquela que é da comunidade, *feita pela comunidade e para a comunidade*, definindo-se a comunidade como um grupo geograficamente baseado e/ou um grupo social ou sector público que tem interesses comuns ou específicos.

Para Bonin e Mesan (1998:1) a rádio comunitária “significa um processo em dois sentidos, envolvendo o intercâmbio de ideias das várias fontes e é a adaptação dos media para o uso das comunidades”.

Num mundo ideal a rádio comunitária facilita aos membros da comunidade o acesso à informação, educação e divertimento. No seu sentido mais puro é o meio através do qual as comunidades participam como planificadores, produtores e actores e são os meios de expressão da comunidade, mais do que para a comunidade.

Para o nosso trabalho definimos rádios comunitárias como sendo aquela que é feita para a comunidade, facilitando o acesso a comunicação, informação, educação e divertimento, envolvendo o intercâmbio de ideias das várias fontes para o uso da comunidade.

### **3.2.6. Sustentabilidade**

Sustentabilidade pode tornar-se um importante critério nas políticas de desenvolvimento a todos níveis, entre o global e o local. Até agora, pesquisas

ênfatisam sustentabilidade a nível global e nacional. Menor atenção foi dada a questão de como operacionalizar a noção de sustentabilidade aos níveis dos sectores, regiões e dos projectos e pelo qual a maior parte das políticas e decisões de investimento são directas (Van Pelt, 1993).

De acordo com a Commonwealth Secretariat (1991: 5) “a essência do desenvolvimento sustentável é a de manter escolhas abertas para futuras gerações e para que isso se concretize é necessário haver mudanças marcantes no estilo de vida para as pessoas e na maneira de fazer as coisas para quase todos”.

Segundo Filoni (2003) sustentabilidade significa sobrevivência, entendida como a perenidade dos empreendimentos humanos e do planeta. Por isso, o desenvolvimento sustentável implica planejar e executar acções – sejam elas de governos ou de empresas, sejam elas locais, nacionais ou globais – levando em conta simultaneamente as dimensões económica e social.

Para o nosso trabalho optamos por definir sustentabilidade como sendo um processo a longo prazo, ligada particularmente a futuras gerações tanto a nível local, global ou nacional, tendo em conta a dimensão económica, e social.

## **IV. BASE LEGAL E INSTITUCIONAL PARA O FUNCIONAMENTO DAS RC's**

### **4.1. Base Legal e Institucional para o Funcionamento das RC's**

Ao abrigo de um acordo estabelecido com o Governo moçambicano, a UNESCO e o PNUD desenvolveram um projecto de apoio ao desenvolvimento dos media no país. O objectivo dessas rádios são destinadas a dar voz às comunidades locais, para o desenvolvimento da democracia por meio de discussões abertas, visando a solução de problemas de desenvolvimento social, económico e cultural dessas mesmas comunidades (UNESCO/PNUD, 2001).

Ainda na perspectiva da UNESCO/PNUD (2001) em Fevereiro de 2000, após a publicação de um anúncio público convidando organizações cívicas nacionais e com orientação comunitária, um total de 18 candidaturas foram submetidas ao projecto media, pela qual, constituiu um grupo independente de avaliação das propostas, que após várias reuniões sugeriu o apoio ao estabelecimento de cinco RC's de raiz na qual faz parte a União Geral das Cooperativas, UGC (Bagamoio, em Maputo).

O passo seguinte foi o registo legal das associações, de modo a que fossem reconhecidas juridicamente e se possa perpetuar, por assim dizer a sua existência e garantir que instituições como o GABINFO e o INCM possam atribuir respectivamente, a licença e a frequência para as rádios. A obtenção da frequência e do alvará é um processo que envolve quatro aspectos, a saber:

- o reconhecimento da existência legal da associação pelo GABINFO, órgão de sob tutela do Primeiro Ministro;
- a alocação da frequência (em FM) pelo INCM;

-a emissão do alvará pelo GABINFO; e finalmente, o Conselho de Ministros aprova e assina o processo e toma as devidas decisões (Idem).

É de repisar que o ICS tem jogado um papel central na implantação de RC's s em Moçambique. A experiência adquirida pela instituição durante mais de duas décadas permite-lhe ocupar com legitimidade o posto de "instituição de vanguarda" na implementação das RC's em território nacional. O seu papel deverá ser o de implementador, gerenciador e consolidador. Nessa óptica, a criação e posterior fortalecimento do departamento de RC's no ICS é uma iniciativa pertinente e de grande acuidade, e certamente irá contribuir para imprimir outra dinâmica ao processo ( Valá, 1999).

Segundo o documento sobre estratégia para o desenvolvimento das rádios comunitárias em Moçambique elaborado pelo ICS, o principal instrumento legal que regula o exercício da área de imprensa em Moçambique é a constituição da República aprovada em 16 Novembro de 2004.

A Lei de Imprensa (18/91) define os princípios gerais na base dos quais os órgãos de informação se regem e é com base nela que formularam decretos relativos à actividades específicas do sub-sector de Radiodifusão.

Para Valá (1999) a lei de imprensa, pela sua natureza, é bastante abrangente no sentido de fornecer o quadro jurídico e de regulamentação para a actividade de radiodifusão comunitária. Por outro lado, não se sabe se há ou não algo que regulamente a actividade de radiodifusão geral, que não sejam os decretos de criação das empresas públicas como a RM-EP e a TVM-EP.

É de salientar que não existe um instrumento legal que garanta ou que norteie o enquadramento institucional, mas pelo que consta, somente existem decretos de criação das empresas públicas como a Rádio Moçambique e a Televisão de Moçambique; o decreto 22/92, de 31 de Dezembro, que estabelece as condições

técnico-legais de utilização radioelétrico; e o decreto 9/93, de 22 de Junho, que estabelece as condições de participação dos sectores privado, cooperativo e misto na radiodifusão e televisão. É com base neste último decreto que são licenciadas as rádios comunitárias (Machai, 2004).

Segundo Machaie (2004) a falta de um regulamento específico para as rádios comunitárias cria uma certa dúvida quanto ao enquadramento dos técnicos destas rádios na medida em que o actual quadro normativo sobre difusão radiofónica e televisiva, a Lei n.º 18/91 e o Decreto n.º 9/93 não dá provimento legal à participação nela de operadores não profissionais.

Nesta ordem de ideias importa salientar que a rádio voz coop, possui técnicos de formação, e que estiveram ligados desde a implementação do projecto até a sua inauguração, continuando a maior parte deles a trabalhar na rádio. É de repisar ainda que a mesma rádio tem fornecido cursos de capacitação de jornalismo para os jovens do bairro, no sentido de colmatar as lacunas existentes na rádio.

Contudo a legislação sobre as RC's em Moçambique não existe. Ela deve ser elaborada quando as condições reais no terreno assim o exigirem. As emissoras existentes e o interesse que muitas instituições têm de apoiar a criação de rádios comunitárias são, de "per se", uma razão suficiente para chamar a atenção das estruturas competentes para a necessidade de criar o marco legal para o efeito.

#### **4.2. Sistemas de Comunicação para o Desenvolvimento**

Ao longo dos 27 anos da sua existência, o ICS tem tornado como base da sua filosofia de trabalho a promoção da comunicação para o desenvolvimento das comunidades e das zonas rurais. Esta filosofia enquadra-se na necessidade de ver a população rural envolvida nas actividades de produção e divulgação de material informativo e educativo (Jane, 1998).



Porém o ICS foi criado pelo decreto n.º 1/89 de 27 de Março de 1989, sob a tutela do ministério da informação, e mais tarde em 1994 (GABINFO) com a vocação centrada principalmente na concepção, produção, disseminação e avaliação de materiais informativos e educativos em apoio aos projectos e programas de desenvolvimento sócio-económico, político e cultural das comunidades rurais (ICS, 2000).

Em 1996, à procura de formas de redefinição da sua identidade, estratégias e contribuição específica, o ICS concluiu ser pertinente a elaboração de um Plano Director. Em 1999, realizou-se em Maputo, com o financiamento do FNUAP e UNICEF, um workshop com a participação dos chefes de departamentos da sede, delegados provinciais, assessores técnicos do ICS, com a finalidade de formular, de modo participativo, o seu Plano Director Institucional para o próximo quinquénio. Neste workshop, foi analisada a situação actual do ICS, a partir dela, foram redefinidas a missão, objectivos e estratégias que irão orientar as actividades da instituição (Idem)

Por seu turno Valá (1998: 26) no seu artigo sobre Políticas e Estratégias de Desenvolvimento Rural afirma que, “convém superar uma certa confusão semântica envolvendo duas expressões: Comunicação Social e Comunicação para o Desenvolvimento, esclarecendo seus respectivos significados. A comunicação social nasceu da necessidade de traduzir a expressão inglesa *mass media*. Durante muito tempo esta última foi traduzida como comunicação colectiva e comunicação pública, enquanto que comunicação social era para referir-se aos grandes meios como jornais, rádio e televisão”.

Portanto comunicação para o desenvolvimento viria a ser a aplicação, tanto dos meios de comunicação grupal, como também dos meios de comunicação individual, aos projectos de desenvolvimento. Nos primeiros tempos, ela tinha como objectivo, quase que exclusivo, modificar conhecimentos, valores, atitudes, comportamentos e hábitos dos chamados grupos – alvo. Mais recentemente, com

a mudança do paradigma da comunicação, ela tem como objectivo prioritário o diálogo e a participação, bem como o aumento do poder de comunicação da população (Idem).

Ainda para Valá (1999) os dispositivos de comunicação “formais” em prol do desenvolvimento rural em Moçambique são insuficientes e ineficientes. As intervenções mais relevantes tendentes a estender a comunicação para as zonas rurais têm sido realizadas por instituições do Estado e/ou públicas, com destaque para a Rádio Moçambique (RM-EP) e o Instituto de Comunicação Social. Com o advento do novo sistema económico e político assente na economia de mercado, no multipartidarismo e no sistema democrático, assistiu-se a aprovação da Lei de Imprensa (nº18/91), de 10 de Agosto, que ofereceu mais espaço para intervenção do sector privado em actividades de comunicação.

Todavia, constata-se que os novos órgãos de comunicação criados cobrem principalmente uma audiência urbana, conseqüentemente com pouca ou nenhuma implantação nas zonas rurais, zona onde vive o grosso da população moçambicana. Nas zonas rurais a informação circula, maioritariamente, através dos “mecanismos tradicionais locais que tem uma vigência histórica e uma dinâmica própria” (Idem).

Tendo em conta que é nas zonas rurais onde vive a maior parte da população do país, o governo encara a comunicação em prol do desenvolvimento rural como um instrumento fundamental para a promoção dos três principais objectivos do seu programa quinquenal, a saber: i) garantia da paz, estabilidade e unidade nacional; ii) redução dos níveis de pobreza absoluta, e; iii) desenvolvimento sócio-económico. A comunicação social desempenha um papel activo na consolidação da unidade nacional, na promoção dos valores culturais e do desenvolvimento sócio-económico do país, no aprofundamento e defesa da democracia, contribuindo para um maior diálogo e confiança entre os cidadãos e na participação dos moçambicanos no processo de desenvolvimento sócio-

económico, político e cultural, e no fortalecimento das instituições democráticas (Idem).

Na óptica de Valá (1999) um dos objectivos gerais da Política de informação é “a melhoria do acesso aos meios de comunicação social, particularmente nas zonas rurais”. Algumas das prioridades definidas pela referida política são “a promoção da comunicação para o desenvolvimento”, o apoio “as iniciativas visando a criação e desenvolvimento de jornais e rádios comunitárias e o desenvolvimento de línguas moçambicanas” e “a capacitação técnico-profissional dos quadros da comunicação social dos sectores públicos e comunitários”.

O ICS (1997) acredita que a comunicação para o desenvolvimento só pode ser bem entendida e explorada pela população se na sua realização houver uma maior participação da sociedade e, principalmente dos grupos teatrais, com capacidade suficiente de interpretar os valores reais da cultura de cada comunidade.

Valá (1998: 27) na mesma esteira, diz o seguinte, “para que uma comunicação em prol do desenvolvimento seja eficaz e eficiente é fundamental que se tenha em consideração que a mudança brusca em normas, valores e práticas fortemente enraizadas requer muito mais que uma campanha através dos meios de comunicação de massas, é preciso ter conhecimento da cultura que se deseja desenvolver e também adaptar a comunicação a ela”. Por fim salienta que “se a comunicação pretende sugerir uma inovação, é melhor que ela explique em termos aceitáveis para a cultura, onde se espera que ela ocorra”.

Finalmente dizer que existem iniciativas desenvolvidas por alguns Ministérios a saber: Educação e Cultura no concernente ao programa *educação no quotidiano, despertar cultural*; Saúde no que concerne a *saúde na comunidade*, onde se aborda os aspectos ligados a prevenção e combate ao HIV-SIDA e a Malária e também *vunanga/ PSI – Jeito*, e finalmente o da Agricultura.

### **4.3. Sistemas Tradicionais Versos Sistemas Modernos de Comunicação**

O estudo das técnicas de comunicação tradicional é fundamental para qualquer processo de difusão de inovações. Integrando as novas tecnologias com métodos de comunicação tradicional, consegue-se constituir um sistema híbrido que, não substituindo as velhas tradições pelas novas tecnologias, reforça a cultura tradicional e aumenta a credibilidade/confiança, facilitando a introdução de novas técnicas e conceitos. É de salientar que foram já levadas a cabo experiências através dos meios de comunicação tradicional em conjugação com novas tecnologias em sociedades rurais consideradas por alguns menos “desenvolvidas” tendo o resultado sido satisfatório (Lobo, 2001).

A utilização de meios, tanto tradicionais como modernos, de maneira complementar e estratégica, tem contribuído para alcançar toda classe de públicos, desde camponeses, analfabetos, até dirigentes nacionais, formadores da opinião pública e a massa intelectual do País (ICS, 1997).

A necessidade de se recorrer aos meios tradicionais de comunicação – o bazar, a igreja, o café, o espectáculo de marionetes, o ponto de encontro, o teatro, as canções, as danças, etc., - é também defendida por Valá, (1998: 25) “na medida em que continuam a exercer a sua influência mesmo depois do aparecimento dos jornais e das transmissões radiofónicas. Os canais interpessoais de comunicação desempenham importante papel por serem intermediários dos efeitos dos meios de comunicação de massas”.

Segundo Lobo, (2001: 38) “o teatro local, fantoches, histórias e outras formas tradicionais de comunicação foram alguns dos processos utilizados para divulgar conhecimentos no meio rural em vários Países”.

Neste âmbito, na comunidade de Bagamoio tem-se realizado espectáculos no sentido de se transmitir uma informação, a título de exemplo podemos citar o caso do SIDA, em que os jovens da comunidade realizam eventos teatrais, músicas a fim de fazer chegar toda informação ligada a essa doença.

A emergência da rádio comunitária nas diferentes partes do mundo esteve directamente ligada aos movimentos de base usando a rádio como ferramenta para atingir os seus círculos – a comunidade. Após anos de censura, desde a era colonial à de imprensa monopartidária, a lei de Imprensa Moçambicana, aberta a democracia – em vigor desde 1991 – mudou radicalmente o ambiente dos media no país. Desde 1995, o ICS, órgão estatal, e a Igreja Católica iniciaram rádios com orientação comunitária. De forma crescente, estações independentes, baseadas em associações cívicas, começam a surgir (UNESCO/PNUD 2001).

Numa situação como a de Moçambique, onde a maior parte da população vive em níveis de extrema pobreza e, deste modo, não tem condições de comprar um jornal regularmente ou dispor de um televisor; onde a maior parte da população é analfabeta e, logo, não sabe ler nem falar a língua portuguesa; onde a rede de comunicação é deficiente, dessa maneira, não permite a ampla distribuição de periódicos pelos distritos, localidades, aldeias..., as rádios comunitárias apresentam-se seguramente, como o meio de comunicação social que mais facilmente pode atingir o público destinatário (UNESCO/PNUD, 2001).

A finalidade principal de uma rádio comunitária é de contribuir para o desenvolvimento sócio-económico e cultural da comunidade, promovendo a cultura de paz, a democracia, os direitos humanos, a equidade e o empowerment da comunidade onde está inserida. Uma rádio efectivamente comunitária deve estar na comunidade, servir a comunidade e ser da comunidade (Idem).

A maior parte da comunidade considerou que com a introdução da rádio comunitária muita coisa mudou tendo em conta que vai de encontro com as reais necessidades da comunidade, como nos afirmou Julieta Mugabe, de 33 anos: *“a rádio está a melhorar cada vez mais é um meio de comunicação moderno que veio mudar muita coisa na comunidade, principalmente nos programas que vem transmitindo, como é o caso de desaparecimento de crianças, logo que comunicamos o caso a rádio eles fazem questão de cortar a transmissão para dar o anúncio, e o que tem acontecido é a recuperação imediata da criança, um outro aspecto é quando há falecimento já é fácil saber-se através da rádio”*. Acrescenta ainda que: *“o único problema é que a rádio fecha muito cedo e gostaríamos de ouvir até mais tarde”*<sup>14</sup>.

Carolina Mandlate de 39 anos, vendedora no mercado Bagamoio defende o mesmo ponto de vista que a anterior interlocutora e acrescenta ainda que: *“com a introdução da rádio aqui na comunidade nós vendedoras já não precisamos ir a outros mercados para nos actualizar nos preços dos produtos agro – pecuários, basta estar-mos sentadas nas nossas bancas com rádio e acompanhar a actualização dos preços. O único problema é que a rádio fecha muito cedo, se pudessem aumentar o tempo seria muito melhor ainda do que já está”*<sup>15</sup>.

Para a questão dos sistemas tradicionais pouca informação foi obtida na medida em que a rádio se encontra numa zona peri-urbana e os canais de informação tradicional complementam-se com os modernos, pois os habitantes da comunidade quando se encontram nos restaurantes ou barracas tem constantemente a rádio ligada, e muita das vezes quando se trata de danças tradicionais que também serve como forma de transmitir uma informação a rádio tem estado presente para posterior difusão da música, o outro aspecto é o sistema da comunicação ligado as igrejas através da transmissão das missas nos dias de grande importância no seio da igreja.

---

<sup>14</sup> Entrevista com Julieta Mugabe, Bairro de Bagamoio, 03.08.04.

<sup>15</sup> Entrevista com Carolina Mandlate, Bairro de bagamoio, 03.08.04.

Contudo, o uso de sistemas de comunicação moderno, embora esteja aumentando rapidamente, ainda é limitado. A baixa renda, a insuficiência do capital humano e as deficiências do contexto competitivo e normativo limitam a sua adopção. As diferenças socioculturais também erguem obstáculos, porque, em toda parte as pessoas tendem a confiar naquilo que conhecem e com que se sentem à vontade. Muitas vezes, isso significa que o conhecimento moderno tem de entrar numa sociedade tradicional por canais tradicionais.

## **V. PROCESSO DE INSTALAÇÃO DA ESTAÇÃO, PROGRAMAS DIFUNDIDOS E MECANISMOS DE GESTÃO**

### **5.1. A Instalação da Rádio**

Segundo a UNESCO (2001) a maior parte do pessoal ligado às rádios comunitárias não faz ideia dos equipamentos adquiridos para os estúdios, central técnica e emissor.

Com efeito, enquanto a filosofia de alguns projectos de rádios comunitárias no mundo é de comprar equipamento barato, que pode ser imediatamente substituído em caso de avaria, ela não pode ser efectiva em Moçambique, onde todo esse equipamento não está prontamente disponível e onde se pode enfrentar dificuldades na sua importação, pois as taxas aduaneiras são elevadas, tal como os impostos e o transporte, além do facto de o processo burocrático de importações consumir bastante tempo (Idem).

Ainda na perspectiva da UNESCO (2001) os equipamentos adquiridos, são resistentes e são adaptados à realidade dos locais onde estão instalados, tanto do ponto de vista das condições climáticas (humidade, calor, poeira) como técnicas, num País onde são enormes as dificuldades de acesso a técnicos que possam fazer reparações adequadas. Todos esses factores pesaram bastante na opção de se adquirirem equipamentos que oferecem garantias de maior durabilidade.

Um estudo feito na Província da Zambézia, dada a importância da informação e comunicação no processo de desenvolvimento de qualquer País, a instalação de uma rádio comunitária no distrito de Alto-Molocué é vista por grande parte dos entrevistados como sendo um gesto impulsionador nesta parcela do País. Esta irá criar oportunidades para a comunidade local partindo do ponto de vista que a



população local pratica muitas actividades que se inserem no conjunto para o desenvolvimento do País inteiro. O estudo concluiu haver esperança quanto a instalação do emissor radiofónico, daí a grande expectativa que a população tem (ICS, 1999).

Um outro estudo feito no distrito de Morrumbala, refere que a instalação de uma rádio comunitária no distrito teria um maior impacto para a população, principalmente para os ouvintes e possuidores de rádios receptores, daí a necessidade da maior parte da população estar de acordo com a instalação de uma rádio naquele distrito (ICS, 2001).

Neste contexto o projecto para instalação de uma rádio na comunidade de Bagamoio, provém de um anúncio publicado pela UNESCO, nos finais de 1999, solicitando candidaturas de organizações cívicas nacionais com interesse de instalar RC's.

A UGC, pretendendo fundamentalmente manifestar o compromisso em assegurar a sustentabilidade técnica e financeira do projecto, a 10 de Março de 2000, enviou a sua resposta, dando por iniciado um percurso rumo a concretização de um sonho já a muito pretendido por todos os seus associados: a instalação da rádio.

Depois da aquisição do material pela UNESCO, o início da planificação para a instalação da rádio realizou-se em Maio de 2000, esse processo foi levado a cabo por técnicos mandatados pela UNESCO e por alguns funcionários da RCVC que tem formação técnica.

A primeira emissão experimental foi feita em 11 de Julho de 2002, mas por questões de ordem financeira ficou fechada cerca de onze meses, daí que o projecto só viria a concretizar-se a 5 de Junho de 2003.

Para o processo de instalação de uma estação emissora é sempre viável fazer-se um estudo como afirmou a funcionária da rádio Olga Mutemba, de 34 anos, que tem a função de chefe administrativa e está a trabalhar na rádio desde que começou o projecto de instalação da mesma: *"eu fiz parte do grupo que entrou em contacto com a comunidade para saber o que queriam ouvir, saber se tinham alguma vez ouvido falar de uma rádio comunitária, daí que constatamos que a comunidade estava de acordo e ansiosa em ter uma rádio na comunidade, pois já precisavam de uma rádio que defendesse os interesses da comunidade e que ela estivesse inteiramente ligada a rádio."*<sup>16</sup>

Um outro interlocutor por nós abordado é António Matola, de 28 anos, coordenador da rádio, disse-nos o seguinte: *"houve um estudo de pesquisa e auscultação para o processo de instalação da rádio, e na altura desse processo não tínhamos experiências nessa área, mas foi graças a UNESCO e SNJ deram-nos um curso sobre pesquisa que teve a duração de duas semanas. E o primeiro grupo a ser auscultado foram as mulheres cooperativistas que vivem na comunidade, e assim deram indicação de outras individualidades."*<sup>17</sup>

Sobre esse aspecto o secretário do bairro Jaime Nhantave de 54 anos afirmou o seguinte: *"eu como secretário do bairro tinha de estar a par de todos acontecimentos que se realizam e que se forem a realizar-se e o caso da Rádio Voz Coop foi um deles pois eles vieram ter comigo aqui no círculo do bairro para informar que estava em vista a instalação de uma rádio comunitária e para tal tinham como objectivo fazer a auscultação para saber o que nós da comunidade gostaríamos de ouvir e em que língua, mas é claro depois de terem nos explicado exactamente qual era o objectivo e a finalidade dessa rádio e assim foi feita e notei que a comunidade gostou imenso por terem instalado uma rádio aqui no bairro e que iria defender os nossos interesses."*

Uma outra personalidade por nós entrevistada foi um dos Líderes Comunitários do bairro, Francisco Chembene, de 56 anos, que nos disse o seguinte: *"houve um*

<sup>16</sup> Entrevista com Olga Mutemba, Bairro de Bagamoio, 02.08.04.

<sup>17</sup> Entrevista com António Matola, Bairro de Bagamoio, 02.08.04.

*estudo tendo em conta que sou um dos líderes comunitários procuram por mim, na medida em que sou um dos maiores conhecedores deste bairro pois é aqui onde nasci, conheço muito do que se passa aqui, daí que quiseram saber dos aspectos ligados ao que gostaríamos de ouvir, as línguas que seriam do consenso de todos ouvintes da comunidade e ficamos muito satisfeitos pois o seu aparecimento é bem vindo a comunidade, há muito tempo que precisávamos dessa rádio porque só ouvíamos dizer que existem rádios comunitárias que defendem os interesses das comunidades e graças a UGC conseguimos ter essa rádio na nossa comunidade.”*

Para Julieta Mugabe, de 33 anos, cooperativista sobre a mesma questão disse o seguinte: *“houve entrevistas nos mercados, aqui na cooperativa e ao nível do bairro no sentido de se saber o que gostaríamos de ouvir na rádio e como deveria ser, e eu quando me perguntaram disse que queria notícias de tudo que acontece na comunidade, principalmente quando há falecimentos para nós sabermos qual é a família e assim poderemos ir dar os sentimentos e também um programa que falasse da mulher aqui na comunidade.”*<sup>18</sup>

Para Firmino Mucavele, de 25 anos, estudante, afirmou-nos o seguinte: *“realmente houve um estudo e tivemos conhecimento através do secretário do bairro, e quando me entrevistaram eu disse que era bem vinda uma rádio comunitária aqui no nosso bairro na medida em que ficaríamos actualizados sobre questões muito importantes que acontecem no bairro, e não só porque os outros que não vivem aqui já terão conhecimento que o nosso bairro está a desenvolver.”* Adiantou-nos ainda o seguinte: *“Quanto a questão de saber como deveria ser, é de que devia defender os nossos interesses e ter um espaço juvenil, onde possamos participar.”*<sup>19</sup>

Sobre os aspectos tratados neste sub-capítulo notamos que, para a instalação de uma rádio comunitária deve se ter em conta questões de carácter técnico e financeiro, os aparelhos para a radiodifusão para além dos custos elevados, devem ter técnicos adequados para a sua constante manutenção, de notar que dos

---

<sup>18</sup> Entrevista com Julieta Mugabe, Bairro de Bagamoio, 03.08.04.

<sup>19</sup> Entrevista com Firmino Mucavele, Bairro de Bagamoio, 04.08.04.

indivíduos entrevistados todos estiveram de acordo de que seria viável a instalação da rádio na comunidade, pois já estavam a espera que uma rádio fosse instalada e que pudesse defender os interesses da comunidade.

## **5.2. Programas Difundidos**

No que concerne aos tipos de programas difundidos e sua programação dizer que, o que mais interessa às comunidades rurais é aquilo que está mais próximo, aquilo que as afecta mais directamente no local onde habitam e trabalham. Trata-se do seu dia-a-dia de preocupações e alegrias, retrata as pessoas locais e conhecidas e ainda experiências novas e êxitos alcançados que atraem a atenção (Lobo, 2001).

Por seu turno Valá (1999) afirma que para uma programação eficaz é preciso uma elevada dose de criatividade e ousadia: ousar na concepção, na linguagem, no conteúdo, na forma e, sobretudo, ousar na formulação, na criação duma programação atractiva da emissora. Colectivizar e democratizar são palavras-chaves para o sucesso de uma programação que sem perder a identidade, a cara, se diferenciam de programas repetitivos que muito abundam, sem conteúdo educativo, sem identidade e sem humor.

Não existe uma programação acabada, um modelo pronto, para as emissoras comunitárias. Existem sim, alguns princípios a serem seguidos. Pode-se dizer que respeitando os princípios da pluralidade, da preferência aos temas locais, uma programação poderá ser constituída sobre alguns pilares, tais como: gostos musicais, tipos de informação, tipo de serviço, tipo de programa, etc.; pilares estes facilmente levantados através de pesquisas (de audiência), previamente realizados antes da definição de programas, em que horários serão levados ao ar, razão pela qual a pesquisa é que fornece a dose exacta dos gostos e preferências da comunidade (Idem).

Notícias nacionais ou mesmo internacionais também podem ser de grande interesse para maioria das pessoas – preços de mercado e outros assuntos relacionados com a comercialização dos produtos locais são outros temas que despertam a atenção de quem vive no campo, consumidores e produtores, assim como muitos outros temas que eles próprios vão sugerir e solicitar, dado que as pessoas gostam de ouvir os seus nomes na rádio e de os ver referenciado nos jornais (Lobo, 2001).

Numa pesquisa feita pelo ICS (1999) no que concerne aos programas que as pessoas gostariam de ouvir nos dias úteis, foram sugeridos vários de acordo com cada entrevistado, tendo em conta a língua local. Nesta ordem a agricultura, desporto, programas educativos e informativos, foram os que maior escolha dos entrevistados mereceram para fazerem parte da programação da futura RC.

Para o Projecto de desenvolvimento dos media da UNESCO/PNUD (2001) as rádios já têm uma pré-definição das suas grelhas de programas, sobre as quais incide, aliás, o treinamento do pessoal na fase actual. Mais tarde quando as rádios estiverem já no ar, poderão ser feitas correcções ou adaptações, em função da realidade prática do trabalho.

Sabido que o objectivo das rádios comunitárias ora em criação é essencialmente o de servir as comunidades das áreas em que se encontram instaladas (obedecendo aos princípios de informar, formar, educar e recrear), a programação deve procurar reflectir, ao máximo, os interesses e anseios dessas comunidades (Idem).

É de salientar um aspecto muito importante, complementando o parágrafo supracitado de que o partidarismo político da parte dos donos, anunciantes ou responsáveis editoriais é o principal obstáculo que se põe a informação objectiva. Uma vez que a parcialidade é frequentemente conceptualizada como uma manifestação de intento deliberado ou a consequência involuntária de uma posição ideológica ou ligação partidária, o conceito de parcialidade encontra-se

muitas vezes associado às teorias conspirativas de esquerda ou da direita dos meios de comunicação social (Traquina, 1999).

Questionados sobre o tipo de programas difundidos, sua política editorial, avaliação dos programas, o mobilizador da rádio António Matola, de 28 anos afirmou que: *“os programas da rádio, são produzidos pelos grupos editoriais<sup>20</sup>, virados essencialmente a promoção dos direitos cívicos, morais e culturais de Moçambique,<sup>21</sup>. Existe uma grelha de programas<sup>22</sup>, mas de uma forma geral os programas mais destacados são os que estão directamente ligados a comunidade como é o caso de vozes comunitárias e Gospel que têm ido ao ar aos Domingos”*. Salienta ainda que: *“antes dos programas irem ao ar eu faço uma avaliação e posteriormente a sua edição que de seguida é transmitida”*

Ainda sobre a mesma questão Artur Pedro, de 25 anos, que está na rádio como voluntário, para além de defender a mesma ideia, acrescenta alguns aspectos relevantes: *“a programação da rádio é feita pelos grupos editoriais e seus elementos de planificação, e cada grupo faz programas consoante a linha editorial que escolhe um tema que se acha relevante para depois aprofundar e mandar-se para avaliação e posterior edição. A maior parte dos programas é gravado dado que a rádio é composta maioritariamente por voluntários, excepto os programas noticiosos, Alô Comunidade e Ritmos da terra.”<sup>23</sup>*

Um outro aspecto está ligado ao facto de se fazer um estudo de auscultação na comunidade onde a rádio seja inserida a fim de se associar entre saber local-tradicional e o técnico-científico, e neste aspecto deve-se repisar o papel

---

<sup>20</sup> Agricultura, Criança, Cultura, Desporto, Educação cívica, Direitos humanos, Democracia e Boa governação, Mulher e Saúde.

<sup>21</sup> Programas da rádio: *Ulhavi, Latoleta, Despertar Cultural, Contra – Ataque, Educação no Quotidiano, Com o Eleitor, Eu Mulher, Saúde na comunidade, Ritmos da Terra, Vozes Comunitárias Alô Comunidade, Sinais e Trânsito, Cooperativa Comercial, Grande reportagem e A Hitivikelene.*

<sup>22</sup> Vide anexos para melhor compreensão

<sup>23</sup> Entrevista com Artur Pedro, Bairro de Bagamoio, 02.08.04.

preponderante que a autoridade local, ou seja os líderes comunitários tem em influenciar a comunidade.

Sobre a questão do tipo de programas difundidos e a língua que se deve implementar, notamos que os programas da rádio são implementados tendo em conta o interesse da comunidade isto é as emissões da rádio começam às 6.50h e prolongam-se até às 19.00h, onde de segunda a sexta feira a rádio abre às 6.50 com emissões em língua tsonga, até as 9.00h. Das 9.00h até às 12.00h as emissões são em português. Das 12.00 às 15.00h volta-se a transmissão em tsonga das 15.00h até ao fecho da emissão (19.00h), a emissão é feita em português.

Sábados e Domingos a grelha de programas sofre ligeiras alterações, começando as emissões na hora normal 6.50h em língua tsonga até as 10.00h, das 10.00 às 14.00h as emissões são em português, das 14.00 às 17.00h as emissões são de novo em tsonga e das 17.00h até ao fecho da emissão, 19.00h é em português.

### **5.3. Mecanismos de Gestão**

O espectro radioelétrico é um bem comum da humanidade, administrado pelo Estado em nome da sociedade. Por conseguinte, cabe ao Estado promover a mais ampla socialização deste espaço, para que as pessoas possam cada vez mais ter acesso a um dos direitos fundamentais da pessoa humana: o direito a liberdade de expressão, o direito de se comunicar (Valá, 1999).

É pertinente realçar o direito que tem as comunidades de definir o alcance, a linha de programação, os conteúdos, etc., da sua emissora. A RC é um bem social, independentemente da instituição que financia ou apoia (privado, estatal, público, cooperativo). O mais importante é que existam e sejam efectivamente implementados os mecanismos de envolvimento da comunidade na gestão da RC,

nas decisões e opções estratégicas, de modo que a comunidade se aproprie da rádio e a considere sua legitimidade (Idem).

Do ponto de vista da estruturação, evidentemente que cada rádio vai encontrar o modelo que melhor lhe convier ao seu esquema de funcionamento. Para isso, a comunidade deverá organizar-se previamente, constituindo um órgão que possa cuidar dos interesses da comunidade junto a rádio. Esse órgão pode ser, por exemplo, uma associação da rádio comunitária. A associação deverá ter os seus estatutos, que definam questões como os objectivos, meios de prossecução de tais objectivos, sócios, órgãos directivos, etc. (UNESCO/PNUD, 2001).

Ainda na perspectiva da UNESCO/PNUD (2001) o documento sobre estratégias para o desenvolvimento das rádios comunitárias em Moçambique refere que uma rádio comunitária, para o seu funcionamento, precisa de ter um corpo deliberativo, um corpo executivo e um corpo fiscalizador, com a seguinte forma possível de organização:

- a) deliberativo (assembleia geral), composto por representantes da comunidade e coordenação/direcção da rádio;
- b) executivo ao nível político (comité de gestão);
- c) fiscalizador (conselho fiscal ou comissão de controlo).

Segundo Bonin e Mesan (1998:2) “embora a rádio comunitária deva encorajar o acesso e a participação das comunidades, ela também deve abordar assuntos tais como, quem está a controlar, se está sendo democraticamente administrada e se há um mecanismo que permita à sua subordinação a quem serve”.



Com isso dizer que os estatutos de cada rádio comunitária devem definir claramente as funções de cada um dos órgãos directivos, de modo a que cada um saiba o que faz dentro da estrutura orgânica. Constituída a associação, os seus membros deverão obter o seu reconhecimento legal junto do Governador Provincial, para em seguida fazer se o registo notarial (UNESCO/PNUD 2001).

O passo seguinte é a obtenção de licença e de frequência da rádio comunitária. Em Moçambique, o procedimento actual para o pedido de licença da rádio comunitária consiste em apresentar uma proposta respondendo a um conjunto de 12 perguntas, através da qual o GABINFO faz uma primeira avaliação da legalidade da entidade requerente e do próprio processo. Em seguida, a documentação é encaminhada para o INCM, para a análise dos aspectos técnicos. Compete ao INCM a atribuição das frequências para as rádios, enquanto que o alvará das rádios é atribuído pelo Conselho de Ministros (Idem).

Segundo António Matola, de 28 anos, mobilizador da RCVC, diz que: *“foi formado um comité de gestão composto por cerca de 5 membros efectivos e um determinado grupo de voluntários que oscila entre 6 a 12 indivíduos, com o objectivo de velar pela gestão da rádio, elaboração da grelha de programas, análise de conteúdo, definição da política editorial. Deste grupo de 5 membros um é coordenador, o outro é mobilizador comunitário que serve de elo de ligação com a comunidade, onde mantém contactos regulares com ela para efeitos de programação difusão de mensagens informativo-educativas que espelhem a realidade das comunidades, programar às visitas à emissora com vista a criar maior aproximação entre a rádio e a comunidade”*.

No que concerne à questão sobre como é composta a estrutura de gestão em termos de liderança e como foi constituída, Clementina Balango, de 25 anos, afirmou-nos o seguinte: *“ eu comecei a trabalhar aqui na rádio como voluntária há cerca de dois anos, na área de desporto e agora sou mobilizadora graças a um curso de*

*capacitação que a rádio tem promovido. Com isso dizer que a estrutura de gestão é composta da seguinte maneira: um coordenador, dois administrativos (principal e adjunto), dois mobilizadores (principal e adjunto), e dois técnicos (principal e adjunto). Temos também um grupo de voluntários que denominamos de grupo de choque, são eles que servem como elo de ligação com a comunidade. Existe também um grupo de mulheres cooperativistas que se inteiram semanalmente das actividades de gestão da rádio.” A nossa interlocutora afirma ainda que no concerne a concepção da estrutura de gestão, dizer que: “ quando a UGC ganhou o concurso já haviam indicações para o pessoal que faria parte ou seja que estariam por detrás da rádio comunitária voz coop, e outro grupo foi contratado devido a sua formação profissional.”<sup>24</sup>*

Para Olga Mutemba, de 34 anos, partindo um pouco na mesma linha disse nos o seguinte: *“a gestão da rádio é feita pela parte administrativa da RCVC, mas não quer dizer que a UGC não se inteira de todo esse processo, pois, semanalmente existe um grupo de mulheres que vem tratar de aspectos administrativos, ”* adianta ainda que: *“a UGC como uma das principais financiadoras da nossa estação emissora, ela é que se responsabiliza pela questão da alimentação dos funcionários, o pagamento do telefone fixo, a corrente eléctrica e não podemos nos esquecer das instalações onde se encontra a rádio pertence a UGC, se não fosse ela, nós não haveríamos de conseguir acatar com todas essas despesas. ”*

Sobre o aspecto de indivíduos contratados devido a sua formação temos o caso de Teles Pene que é técnico de rádio mas desempenhou outros papéis como foi o caso de dirigir o processo de pesquisa e auscultação durante o período em que se pensava em instalar a rádio.

O balanço que se pode fazer sobre os mecanismos de gestão, constatamos que a gestão da rádio é feita pela parte administrativa da UGC, segundo a UNESCO a rádio é que vai encontrar o melhor modelo que convém para o seu esquema de funcionamento, e a rádio voz Coop formou o seu corpo deliberativo e também a

---

<sup>24</sup> Entrevista com Clementina Balango, Bairro de Bagamoio, 02.08.04.

associação comunitária que é composta por um grupo de mulheres cooperativistas que se inteiram semanalmente das actividades de gestão da rádio, elas por sua vez apresentam o relatório a Direcção Geral da UGC.

Para que a comunidade esteja inteirada dos aspectos de mecanismos de gestão existe um grupo de jovens voluntários que tem estado em contacto permanente com a rádio na pessoa do mobilizador, a fim de se inteirarem sobre esse aspecto e a partir desse processo serem eles os porta-vozes da comunidade.

## VI. PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NA VIDA DA RC

### 6.1. Espaço para o Envolvimento Comunitário

É de salientar que a questão da participação comunitária é um dos aspectos muito importante de uma rádio comunitária para garantir que a comunidade é de facto a proprietária e controla a estação (Bonin e Mensan, 1998).

Os mecanismos e as estruturas para alcançar isto dependem das várias contribuições associativas e dos modelos das diferentes estações. O que é importante é que haja um envolvimento consistente por parte dos membros da comunidade nas diversas formas e que tal seja um reflexo dos interesses da comunidade a quem serve (Idem).

A participação pode-se manifestar de diferentes formas: como pressão junto a instituições oficiais com o intuito de obter respostas para demandas localizadas como consulta; como acção directa; como contribuição em dinheiro ou em mão de obra; como aumento da organização e da consciência política; como compartilhamento de responsabilidades ou de informações (Batley, 1983).

De acordo com Paul (1987) participação comunitária pode ser vista como um processo que serve a um ou mais dos seguintes objectivos:

a) *Empowerment*: em uma tradução livre, a palavra trás o significado de aumento de poder, ou, em uma tradução literal, seria “empoderamento”. O alcance deste objectivo leva a uma distribuição equitativa de poder e a um alto nível de consciência e de força política. A participação comunitária seria, desta forma, um meio de habilitar pessoas a iniciar acções baseadas em sua própria iniciativa e

organização e, assim, influenciar os processos e os resultados do desenvolvimento.

b) *Capacity building*: seria a capacidade de implementação ou gerenciamento de um projecto. Este objectivo inclui o compartilhamento de tarefas relacionadas à administração do projecto, através da assunção de responsabilidades operacionais, como, por exemplo, seu monitoramento ou sua sustentação.

c) Eficácia: a participação comunitária pode ainda resultar em um aumento da eficácia do projecto, ou seja, quando o envolvimento dos usuários contribui para um projecto mais adequado, um projecto no qual os serviços propostos correspondem e atendem as necessidades dos usuários.

d) Eficiência: ocorre quando a participação comunitária é utilizada para facilitar o fluxo do projecto através da promoção de consenso, da busca de cooperação e interação entre os usuários e entre eles e as instituições responsáveis, com a finalidade de reduzir atrasos, minimizar custos e manter metas e prazos estabelecidos.

e) Compartilhamento de custos: dá-se quando a participação comunitária significa que os usuários deverão contribuir com dinheiro ou mão de obra ou assumir a manutenção do projecto, visando o barateamento de seu custo.

Ainda na perspectiva de Paul (1987) estes objectivos podem sobrepor-se em situações reais, uma vez que a participação comunitária pode ser utilizada para o alcance de um ou de todos eles. Um objectivo como empowerment incorpora necessariamente alguns dos outros. Já a busca da eficiência não leva

necessariamente a uma situação de empowerment. Os objectivos relacionam-se a outras dimensões de um projecto tais como intensidade<sup>25</sup> e instrumentos<sup>26</sup>.

Sobre aspecto da participação comunitária questionou-se como é que a comunidade participa no processo de tomada de decisões, na programação e gestão da emissora, ao que João Segá, de 26 anos, ligado aos programas em língua local (tsonga) e é voluntário disse o seguinte; *“o envolvimento da comunidade é notório através dos programas directamente ligados a própria comunidade, os ouvintes mantêm sempre um contacto directo com os locutores a fim de darem o seu parecer e nós estamos abertos daí que temos tido reuniões semanais que se realizam aos sábados.”*<sup>27</sup>

Ainda na mesma perspectiva, António Matola salienta que *“tem-se notado muita participação da comunidade através dos voluntários que são maioritariamente jovens a informar-nos sobre um determinado acontecimento, ou trazem recortes de jornais ou revistas sobre um determinado assunto e que antes de irem ao ar são avaliadas. Um outro aspecto de participação é quando há eventos tanto de novos talentos assim, como cerimónias religiosas, a comunidade pede a transmissão em directo mas como nós não temos capacidades para tal efeito somente gravamos para posterior transmissão.”*

Uma das ouvintes por nós interpelada, Samita Jossefa, de 22 anos defendeu a mesma ideia mas acrescentando um aspecto relevante: *“a comunidade tem participado activamente nos programas da rádio, principalmente nós que somos jovens porque consegui notar que os nossos pais não têm tido tempo para tal eles saem de casa logo pela manhã para os seus locais de trabalho e quando voltam a rádio já se encontra*

---

<sup>25</sup> Intensidade pode ser definida, um tanto vagamente, como os níveis de envolvimento dos usuários em um projecto particular ou em uma particular etapa de um projecto. Podem ser identificados quatro níveis de intensidade, em ordem crescente: compartilhamento de informação, consulta, tomada de decisão e iniciativa de acção. Eles podem variar de acordo com a natureza e o desenho do projecto e conforme as características dos usuários (Paul, 1997).

<sup>26</sup> Instrumentos são aqui entendidos como agentes cujas funções têm por finalidade promover a organização e a manutenção da participação comunitária. Estes agentes podem ser agrupados em três categorias: trabalhadores da instituição responsável pelo projecto, trabalhadores comunitários e grupos de usuários (Idem).

<sup>27</sup> Entrevista com João Segá, Bairro de Bagamoio, 06.08.04.

*fechada. Eu por exemplo participei num debate em que se falava do papel da mulher na comunidade, mas pude notar que as verdadeiras mulheres (nossas mães) não estavam presentes e jovens do sexo feminino também eram poucas, o que achei de tudo isso talvez porque nós mulheres nos sentimos muito constrangidas quando se diz que vamos ter ou estar num programa de rádio em directo.*”<sup>28</sup>

Para Teles Pene, de 27 anos, Técnico Principal da rádio defende a mesma ideia da ouvinte anteriormente citada dizendo que: *“há pessoas que se identificam com a rádio e aparecem constantemente para dar o seu parecer, mas não tem se notado um envolvimento comunitário consistente, sente-se muita falta, isto porque tentamos convidar algumas senhoras aqui da comunidade a participarem em programas de rádio, elas comprometem-se em aparecer mas quando chega a hora da verdade não aparecem, e quando procuramos saber o porquê da sua ausência acabam dizendo que tem medo de falar para rádio ou que usamos a voz delas sem nenhum pagamento para tal efeito.*”<sup>29</sup>

Ainda para Teles Pene sobre a questão do envolvimento dos jovens na rádio afirmou que: *“o envolvimento da camada jovem é muito boa, mas tem sido um pouco chato por falta de condições, defendem-se que é sempre bom fazer algo do que estar somente em casa daí que eles nos tem ajudado em alguns programas nas locuções e algumas reportagens. Mas tem uma parte negativa dessa participação que tem sido no período de avaliações, pois a maior parte dos voluntários são estudantes e nesse período devem dar prioridade aos estudos, o que implica uma afectação negativa na sua programação razão pela qual houve mais uma formação de jovens voluntários no sentido de colmatar a crise que tem acontecido no período de avaliações ou de exames e temos esperança de que com esse grupo iremos conseguir superar a crise.”*

Portanto do assunto tratado neste sub-capítulo podemos constatar que realmente a questão de envolvimento comunitário é um aspecto imprescindível quando se trata de rádios comunitárias, daí que a comunidade deve-se empenhar activamente em todos os processos inerentes ao funcionamento de uma estação emissora.

<sup>28</sup> Entrevista com Samita Jossefa, Bairro de Bagamoio, 06.08.04.

<sup>29</sup> Entrevista com Teles Pene, Bairro de Bagamoio, 06.08.04.

Tem-se notado uma participação activa somente para jovens de ambos os sexos, nas questões de programação, debates que se tem realizado onde se requer o envolvimento da comunidade. A parte negativa da participação está ligado a ausência total de mulheres cooperativistas se envolverem nas questões de participação em debates ou até mesmo para a locução dado que um dos princípios gerais da rádio é de que a mesma tem como missão ser a voz da mulher camponesa na luta contra a fome e pela sua promoção social. Com isso dizer que o grupo específico que participa activamente é o de voluntários que é composto maioritariamente por jovens estudantes de ambos os sexos.

## **6.2. Necessidade de uma maior Participação Comunitária**

A participação comunitária é consistente com o desenvolvimento auto-centrado, permitindo que os beneficiários, que são os melhores conhecedores das suas necessidades, potencialidades e circunstâncias de vida, possam se envolver directamente e desde o início em todas as acções que visem o seu desenvolvimento (Valá, 1999).

Uma rádio é comunitária se a comunidade joga um papel importante nela, isto é, a rádio é gerida e programada pela comunidade, ou ainda se a comunidade participa de alguma outra forma nela ou a rádio tem algum impacto na vida das comunidades. É óbvio que a experiência de Moçambique e de outros quadrantes do mundo ensinam que é mais fácil dizer ou escrever do que implementar na prática (Idem).

Para o ICS (1999) num artigo sobre “Estratégia de Desenvolvimento das Rádios Comunitárias em Moçambique,” diz que não existe uma fórmula pronta ou um modelo preestabelecido e acabado de participação comunitária, mas sim, há



processos, mecanismos e tempos diferentes que é preciso levar em consideração na medida em que cada comunidade é um caso singular e deverá desenvolver o seu próprio processo de interacção com a rádio.

Por seu turno Valá (1999) um pouco na mesma linha adianta que, a participação comunitária é um processo, uma interacção contínua, um diálogo sem tempo limite entre a comunidade e a rádio. A RC deve ser a voz da comunidade, representando e colocando claramente as suas necessidades, os problemas, as aspirações, as vontades, as ideias, sentimentos, críticas e assuntos prioritários das pessoas da zona. Quando a RC deixa de ser sensível às necessidades da comunidade onde está inserida e que está servindo, então deixa de ter uma razão de existir porque perdeu a sua identidade.

Para o nosso estudo de caso, embora exista claramente o objectivo de se envolver a comunidade no controlo e participação na rádio por parte da comissão que vela pelo funcionamento da rádio, há falta de conhecimento sobre a necessidade de um maior envolvimento da comunidade resultando na fraca participação da comunidade na produção, programação e definição da política editorial.

Das conversas que tivemos pudemos constatar que a maior parte dos moradores passa a maior parte do tempo fora de casa devido a natureza da actividade que cada um desenvolve, ou por falta de um incentivo para o tal envolvimento, como nos adianta a nossa interlocutora, Samita Jossefa, de 22 anos:

*“...muita das vezes quando somos convidados a participar nos programas da rádio pensa-se que com essa participação teremos um incentivo em termos de valores monetários daí a fraca adesão de mulheres nos debates. Essa foi um experiência muito boa para mim e gostaria que debates dessa natureza continuassem a dar porque não tem sido muito frequentes.”*

Um outro interlocutor por nós abordado é Victor Mateus, de 45 anos, vendedor informal, diz o seguinte: “ ... eu sou vendedor no mercado Bagamoio, saio de casa muito cedo, muito antes do início das emissões, fico todo dia no mercado e quando volto para casa a rádio já se encontra fechada, daí que não posso dar o meu contributo para os programas da rádio, mas acho que se a RCVC seguisse a linha de outras rádios onde tem havido debates radiofónicos, tenho quase a certeza que muitos que se encontram na minha situação ou outra, haveriam de se envolver mais na rádio. ”<sup>30</sup>

Para Henriqueta Magaia, de 45 anos, camponesa, afirma que: “...eu escuto muito a RCVC, mas como tenho de sair muito cedo para ir a machamba e só volto no fim do dia já muito cansada e também enquanto a rádio já fechou daí que, não me resta tempo para poder participar nos programas de rádios apesar de funcionar aos fim de semana eu aproveito esse período para descansar. ”<sup>31</sup>

Sobre a questão de se envolver ou criar um maior ambiente de participação no seio da rádio constatamos que esse processo tem sido muito difícil, na medida em que os ouvintes para poderem participar nos programas radiofónicos precisam de um incentivo em valores monetários e a rádio não tem fundos para esse tipo de despesas; um outro aspecto é facto de a rádio fechar muito cedo dificultando assim aos que tem tido actividades que não possibilitam que escutem a rádio; pode-se destacar os seguintes: vendedores informais, camponeses(as), e indivíduos que trabalham fora daquela circunscrição territorial.

Portanto, achamos que a RC devia criar formas de envolver as escolas na vida da rádio, criando um intercâmbio cultural, ligados a debates que retractem assuntos da própria comunidade e para que isso aconteça é preciso que a rádio procure soluções no sentido de criar mais proximidade entre as escolas.

---

<sup>30</sup> Entrevista com Victor Mateus, Bairro de Bagamoio, 10.08.04.

<sup>31</sup> Entrevista com Henriqueta Magaia, Bairro de Bagamoio, 10.08.04

## VII. IMPACTO E SUSTENTABILIDADE DA ESTAÇÃO

### 7.1. Impacto das Acções

A diversidade das experiências da comunicação participativa sempre foi um sinal de status próspero. Contudo, as ligações com os projectos de desenvolvimento relacionadas com a mudança social e económica não tem sido bem sucedido. Isso parece que a nível popular, a necessidade de comunicar tem-se sentido profundamente pelas pessoas que tem feito isso possível, enquanto que planeamento e o nível do doador e do governo que conduzem os projectos tem pouca consciência acerca da mudança (Dragon, 2001).

Os dois pontos irão eventualmente se encontrar por causa das cooperações internacionais para a lições de desenvolvimento durante décadas passadas. Muitos projectos falharam por causa do planeamento vertical e implementação, e muito dos fundos canalizados para as nações em vias de desenvolvimento, não alcançaram os benefícios desejados até que os doadores começaram a perceber que estavam fazendo alguma coisa errada, eles deveriam ter se envolvido com os beneficiários desde o início (Idem).

Para Dragon (2001) a ideia de envolver os beneficiários não veio imediatamente para as mentes dos doadores internacionais, e quando isso aconteceu não estavam prontos para superar esses obstáculos. Um desses obstáculos tem sido a inércia da cooperação em canalizar através dos governos que são muitas vezes corruptos e insensíveis as necessidades dos seus povos e a incapacidade de obter parceiros sérios em desenvolvimento.

Sobre este aspecto o Relatório sobre o Desenvolvimento elaborado pelo Banco Mundial (1999) defende uma opinião contrária afirmando que muitos dos

doadores também têm uma capacidade estabelecida de avaliação de projectos baseada na evidência e na experiência que acumularam em diferentes Países. Os doadores muita das vezes ajudam a assegurar o financiamento de certos projectos de desenvolvimento, sejam elas bem sucedidas ou não.

Um outro aspecto que importa frisar tem a ver com o facto de que antes da implementação do projecto de instalação da RC na comunidade de Bagamoio, houve a necessidade de se fazer uma pesquisa de audiência no sentido de dar a conhecer o que é uma RC e de ouvir da própria comunidade como gostariam que fosse a sua futura RC, e esse processo teve como financiador principal a UNESCO.

Portanto com a introdução da RC na comunidade pudemos constatar que ela serve como um meio de debate e de coesão social, intercâmbio de ideias e reacções aos vários planos e projectos que a comunidade tem aspirado em alcançar e não só a forma de funcionamento da instituição, há mais democracia e transparência na medida que ela não defende nenhum interesse partidário.

É de salientar que no que concerne a saúde, existe um programa sobre saúde na comunidade e o destaque vai para os assuntos relacionados com doenças infecto-contagiosas como são os casos das DTS, HIV-SIDA, e malária, explicando as várias formas de contaminação e medidas de prevenção.

No que concerne aos programas educativos voltados para a agricultura, a RC tem um programa intitulado cooperativa comercial, onde para além da divulgação do calendário agrícola e técnicas agrícolas melhoradas, faz actualização de preços de produtos existentes no mercado e de insumos.

O outro aspecto está ligado ao programa educação no quotidiano onde abordam a questão do tratamento da água, ou seja educam a comunidade no sentido de

ferverem a água a fim de se evitar que apanhem cólera, este é um dos aspectos que a comunidade tem apostado seriamente, apesar de nem todos conseguirem ferver água devido ao custo elevado de energia e do carvão.

## 7.2. Sustentabilidade

A definição de financiamento para os serviços da radiodifusão comunitária inclui uma série de fontes tais como doações, quotizações de sócios, eventos para angariação de fundos, subsídios, patrocínios, rendimento publicitário, etc. Tal variedade de fontes de rendimento é de importância vital para a viabilidade e sustentabilidade de qualquer rádio comunitária (Mensan e Bonin, 1998).

Algumas estações baseiam-se em áreas rurais ou em áreas com pouca ou nenhuma capacidade económica para sustentar a estação. Nesta áreas, o rendimento auto-gerado (publicidade, quotas, patrocínios locais) podem não cobrir todas as necessidades da estação, podendo requerer rendimento suplementar através de apoio financeiro e/ou material das organizações nacionais doadoras (Estado, municípios, empresários locais, igrejas, organizações de solidariedade social, sindicatos, grandes associações vocacionadas, fundações) ou agências internacionais para o apoio ao desenvolvimento (Idem).

Em tais casos, o governo nacional pode também subsidiar a estação sem pré-condições (financiamento mas não controle). Isto torna-se possível pela lei do parlamento que claramente assegura que o governo permite aos radiodifusores públicos e comunitários a tornarem-se independentes (Idem).

Segundo Lerner e Schramm (1973:24) "o controle de uma estação transmissora da rádio de propriedade do governo é completamente directo. Contudo, o controle da imprensa privada num país em desenvolvimento é questão de infinita complexidade. De modo geral os países de tradição democrática ocidental

acreditam que deveria haver um mínimo de controle sobre a imprensa e que esse controle, tal como existe deveria caber aos proprietários e as cortes de justiça”.

Para o nosso caso de estudo, o Governo ou o Estado não tem controlo da estação emissora, na medida em que ela é imparcial e não deve defender interesses particulares ou privados, mas sim da comunidade.

Não inferimos porém que a própria sociedade deixe de exercer controlos sobre a imprensa, a fim de que ela possa se ajustar às necessidades e padrões sociais, e esperamos na realidade que a imprensa haja de maneira responsável na promoção do bem-estar nacional e em tempos de crise se dedique especialmente ao bem nacional (Idem).

Por conseguinte, o maior desafio que as rádios enfrentarão no futuro é garantir a sua sustentabilidade financeira, técnica, editorial; em termos de recursos humanos e ambiente de trabalho. Não menos importante será a batalha para fazer com que as comunidades se sintam donas das rádios. Só dessa maneira poder-se-á manter as estações em actividade (UNESCO/PNUD 2001).

Para que as rádios consigam trilhar por estes e outros caminhos, urge a necessidade de os seus gestores e colaboradores assumirem uma postura séria e de colaboração com as comunidades (Idem)

Questionados sobre quais os planos a longo prazo visando a sustentabilidade da estação Clementina Balango, de 25 anos, e mobilizadora da rádio afirmou – nos o seguinte: *“criamos uma equipe de choque ou de avanço constituído por voluntários com vista a angariar fundos e até agora as empresas ou instituições por nós abordadas não nos garantem nada, somente ficam pelas promessas, e quando procuramos saber pautam por distanciarem-se.”*

Para Olga Mutemba, de 34 anos, que está ligada a área administrativa afirmou-nos o seguinte: " *numa primeira fase começamos por ter um espaço de anúncios através de cupões, mas devido a questão do equipamento técnico a rádio teve de fechar. Agora que abrimos ficamos somente com espaço publicitário pois quase ninguém comprava os cupões, e era um dinheiro que se gastava fazendo esses cupões depois para não ter ser saída*". Acrescenta ainda que: *agora criamos uma equipe de choque que está encarregue a procurar parceiros, pensamos em mandar o nosso plano estratégico a fim de angariar-mos fundos no AVIMAS e ACOSIDA e eles já mostraram interesse nesse sentido.*"

Questionados sobre a principal fonte de financiamento da estação um dos funcionários João Matola afirmou o seguinte: *temos duas fontes de financiamento a UGC que não paga em valores monetários mas sim em géneros alimentícios, a própria instalação pertence a eles, para além de pagarem energia e o telefone. A outra fonte é a UNESCO que desde o início ia dando mil dólares americanos trimestrais, para despesas correntes assim como salários, mas agora a partir de 01.07.04 passarão a retirar cem dólares trimestrais até 2006 altura em que teremos de nos auto – sustentar*".

Do acima exposto podemos constatar que o principal parceiro está se retirando, apesar de contar ainda com o apoio da UGC, que lhes cedeu as instalações e pagamentos de despesas correntes como é o caso de alimentação, telefone e energia.

A rádio voz Coop no sentido de a manter auto-sustentável, criou uma equipe de choque com vista a angariar fundos mas não tem surtido efeitos positivos, de salientar que as fontes reais são UNESCO e UGC, e as possíveis são AVIMAS, ACOSIDA que ainda não deram uma resposta exacta, somente mostraram interesse no sentido de dar um apoio financeiro.

Ainda sobre o aspecto da sustentabilidade da estação emissora tendo em conta que RC é importante para a comunidade, ela devia contribuir para o seu funcionamento, na medida em que tem se capacitados jovens da comunidade (para elaborar e difundir programas e prestar assistência técnica, além da gestão da RC), então devia se dar prioridade nessa área. O empresariado local devia também contribuir para o bom funcionamento da RC, publicitando a sua loja e divulgando seus produtos.



## VIII. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A problemática da comunicação para o desenvolvimento tem suscitado vários e intensos debates na actualidade. O nosso interesse foi de pesquisar o papel da comunicação para o desenvolvimento local focalizando para o caso da RCVC. Apesar do esforço empreendido não nos foi possível chegar a conclusões definitivas sobre a pesquisa, mas ela permitiu identificar e sistematizar algumas linhas de investigação para serem alvo de prosseguimento no futuro.

Neste âmbito, o trabalho mostrou que a comunidade tem participado mais nos aspectos ligados a programação, debates radiofónicos e esse envolvimento é feito através de grupos voluntários; é de salientar que a maior adesão à rádio é de jovens, tanto do sexo masculino assim como feminino. Nota-se uma ausência de mulheres cooperativistas.

No que concerne aos mecanismos adoptados pelos gestores da estação da rádio comunitária de forma a garantir a sustentabilidade do empreendimento, a RCVC formou um corpo deliberativo e também uma associação comunitária que é composta por um grupo de mulheres cooperativistas que se inteiram semanalmente das actividades de gestão da rádio; de uma forma geral há transparência no funcionamento da RC, pois todos funcionários estão ao corrente de todos aspectos administrativos.

Quanto a questão sobre o impacto na melhoria do nível de vida das famílias locais, dizer que a maior parte da comunidade considerou que com a introdução da rádio comunitária muita coisa mudou no sentido positivo, tendo em conta que a RCVC vai de encontro as reais necessidades, preocupações e anseios da comunidade (no sentido de acesso a informação, educação e cultura); foi salientado como um exemplo importante o desaparecimento de crianças, que após o comunicado pela rádio tem sido frequente a sua localização. Outra das grandes

vantagens da rádio é para a difusão de notícias sobre falecimentos que chegam mais rápido ao destinatário em relação ao período em que não havia rádio no bairro.

Um outro aspecto importante está ligado aos programas de saúde, onde o destaque vai para os assuntos relacionados com doenças infecto-contagiosas como são os casos das DTS, HIV-SIDA, e também malária e cólera, explicando as várias formas de contaminação e as medidas de prevenção.

Quanto aos programas ligados agricultura, a RC tem um programa intitulado “cooperativa comercial”, onde para além da divulgação do calendário agrícola e técnicas agrícolas melhoradas, é feita a actualização de preços de produtos disponíveis no mercado e os preços dos insumos agrícolas.

No que concerne aos programas educativos são abordadas questões relacionadas com o tratamento da água, ou seja comunidade é informada no sentido de ferver a água para o consumo de modo a prevenir-se da cólera; este é um dos aspectos que a comunidade tem apostado seriamente, apesar de nem todos conseguirem ferver água devido ao custo elevado de energia e do carvão.

Com a pesquisa foi possível mostrar que embora continuem em uso os canais de comunicação tradicional, a comunidade concilia os dois sistemas, o moderno e o tradicional, apesar de haver uma tendência de aderirem mais ao sistema moderno, tendo em conta a sua rápida difusão e fácil acesso.

O estudo provou que existem sinais notórios de desenvolvimento sócio-económico na comunidade, não somente em termos de ampliação da informação e cultura dos cidadãos, mas também em termos de melhorias tangíveis na saúde comunidade, no aumento de crianças em idade escola que frequentam as escolas, no aumento da produtividade agrícola, numa maior sensibilidade para as questões ambientais e de saneamento do meio, entre outros aspectos.

Constatamos ainda que existem certos períodos em que os funcionários da rádio redobram os esforços de trabalho no sentido de manter a rádio em funcionamento, dado que os jovens voluntários da rádio não podem dar a sua contribuição visto estarem em período de testes ou exames. Isso evidencia uma ampla colaboração entre os funcionários e os voluntários da RCVC.

O maior obstáculo da estação emissora está na sustentabilidade da mesma na medida em que a rádio já esteve fechada uma vez e voltou a reabrir. A RCVC tem-se deparado com muitas dificuldades financeiras principalmente agora que um dos financiadores, a UNESCO, está a retirar-se e isso vai criar grandes constrangimentos de ordem financeira e que podem pôr em causa a continuidade do projecto.

Todavia no sentido de colmatar a crise visando a sua sustentabilidade, a RCVC criou uma equipe de choque que tem por objectivo, entrar em contacto com diversas instituições Nacionais ou Privadas a fim de angariar fundos para custear as despesas da rádio, e segundo constatamos algumas instituições como AVIMAS e ACOSIDA garantiram o seu apoio enquanto que outras que os interlocutores preferiram não mencionar, somente pautam por promessas e ficam por aí.

Concluimos ainda que a maior importância da rádio comunitária tem a ver com o seu papel social, enquanto porta-vozes de uma grande parcela da população, que não tem canal de comunicação próprio. Essa emissora representa, assim, a voz da comunidade fazendo-se ouvir, buscando a solução para os seus problemas, com vista a uma mudança social.

É de repisar um aspecto muito importante que tem a ver com o facto de o líderes comunitários terem sido muito influentes na difusão e propagação da informação sobre a existência de uma rádio comunitária no bairro e terem contribuído, com a sua influência e mobilização, para que a RCVC fosse vista pela comunidade como um empreendimento seu.

No que concerne aos programas específicos e as línguas que se implementaram na RC, tiveram em conta os interesses da comunidade nos seus diferentes grupos, (jovens, mulheres, idosos, religiosos, agricultores etc.), porém nem todos ouvintes tem dado o seu contributo visto que a questão do horário deve ser revista pelo facto de as emissões fecharem cedo, dificultando assim aos que saem de casa logo pela manhã quando voltam a rádio já se encontra fechada.

Como qualquer outra pesquisa assente no trabalho de campo e na auscultação das visões e perspectivas dos actores locais, foram colhidas algumas ideias que são aqui apresentadas em forma de recomendações, a saber:

- Deve-se fazer inquéritos comunitários semestralmente para identificar as preferências da comunidade e dos vários grupos específicos de modo a produzir uma programação atractiva e que vá de encontro aos anseios da própria comunidade, (a criatividade e a insistência em programas focalizando a realidade local pode servir como “chamariz”);
- Deve-se fazer um estudo no sentido de identificar os mecanismos ou soluções para tornar a rádio sustentável, sensibilizando deste modo, o empresariado, as igrejas, associações, no sentido de estas darem o seu contributo, evitando assim o seu encerramento como aconteceu com a rádio comunitária escuta em Boane;
- A rádio deve manter um contacto permanente com a comunidade no sentido de integrá-la em todos processos desde a tomada de decisões, aos mecanismos de gestão. A adaptação de sistemas democráticos de gestão, a inclusão de todos grupos sociais e a transparência na gestão dos fundos deve ser um imperativo;
- Incentivar as mulheres cooperativistas a serem mais activas pois se não fossem elas não teria existido uma rádio em Bagamoio, e também porque

a rádio tem como missão de ser a voz da mulher camponesa na luta contra a fome e pela sua promoção social;

- Sensibilizar o governo no sentido de aprovar a legislação pertinente sobre radiodifusão comunitária;
- Esta pesquisa levantou algumas questões fundamentais que não foram devidamente aprofundadas. Neste quadro sugerimos que outros pesquisadores abordem aspectos como a participação da comunidade na vida da RC tendo em conta a perspectiva de género, a relação entre a sustentabilidade da RC e o dinamismo económico local e a problemática da capacitação da comunidade para gerir adequadamente o empreendimento.

## IX. BIBLIOGRAFIA

- **BATLEY, R. (1983)**, Participating in Urban Projects: meanings and possibilities. In: MOSER, C. (Ed.). "Evaluating Community Participation." In: Urban Development Projects. Development Planning Unit Working Paper, London.
- **BANCO MUNDIAL (1999)**, "Conhecimento para o Desenvolvimento", In Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial. Washington, EUA.
- **BERNARDI, B. (1974)**, Introdução aos Estudos Etno – Antropológicos, Lisboa: Edições 70.
- **BLAIKE, N. (2000)**, Designing Social Research: The Logic of Anticipation, Polity Press: United Kingdom.
- **BONIN, M. H & MENSAN, A. O. (1998)**, O que é Uma Rádio Comunitária, Amarc África: South África.
- **BORDENAVE, J.E.D (1988)**, O Que é Comunicação Rural. 3ª edição. Editora Brasiliense.
- **BORDENAVE, J.E.D (1996)**, Relatório de Consultoria para Elaboração do Plano Director do ICS, Maputo.
- **BURNS, R.B. (2000)**, Introduction to Research Methods, London: SAGE Publications 4<sup>th</sup> edition.
- **CASAL, A. Y. (1994)**, "Entidades Culturais e desenvolvimento", In: Antropologia Portuguesa, Departamento de Antropologia. Universidade de Coimbra.

- CASAL, A. Y. (1996), Antropologia e Desenvolvimento: As Aldeias Comuns de Moçambique, Lisboa: Instituto de investigação Científica Tropical.
  
- CASTELO-BRANCO, C.N. (1995), “Opções Económicas de Moçambique 1975 – 1995: Problemas Lições e Ideias Alternativas”.- In: MAZULA, B. (ed.): Eleições Democracia e Desenvolvimento, Maputo: inter África Group.
  
- CHAMBERS, R. (1995), Fazer dos Últimos os Primeiros, ASDI: Luanda.
  
- CHICHAVA, J. (1999), Participação Comunitária e Desenvolvimento. O Caso dos Grupos Dinamizadores, INLD: Maputo.
  
- COMMONWEALTH SECRETARIAT (1991), Sustainable Development: An Imperative for Environmental Concerns and the Commonwealth, London: Marlborough House.
  
- DRAGON, A. (2001), Making Waves: Stories of Participatory communication for Social Change, New York: Published by The Rockefeller Foundation.
  
- FERRINHO, H. (1993), Comunicação Educativa e Desenvolvimento Rural, Porto: Edições Afrontamento.
  
- FILONI, A. (2003), O Que é Sustentabilidade? [online] Disponível na Internet via [hhh://www.metaong.info/index.php?por=31-48k](http://www.metaong.info/index.php?por=31-48k).
  
- FISK, J. (1990), Introdução ao Estudo da Comunicação. Edições ASA.
  
- FORDE, D (1982), “ Dupla Filiação entre os YakÖ” In: RADCLIFFE-BROWN, A. R. E FORDE, D. (1982) Sistemas Políticos Africanos de Parentesco e Casamento, 2ª Edição, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
  
- ICS (1997), Conheça o ICS: Uma Instituição Apostada na Comunicação para o Desenvolvimento, Maputo: ICS.

- ICS (1999), Pesquisa de Opinião para Instalação da Rádio Comunitária Alto-Molocuè, Maputo: ICS.
- ICS (2000), Estratégias para o desenvolvimento das rádios Comunitárias em Moçambique, Maputo: ICS.
- ICS (2001), Pesquisa de sondagem de Opinião para Instalação da Rádio Comunitária em Morrumbala. Delegação Provincial da Zambézia, Maputo: ICS.
- JANE, T.J, (1998), A Experiência de Moçambique no Uso dos Meios de Comunicação para Educação das Comunidades Rurais, Maputo: ICS.
- LAKATOS, E. M & MARCONI, M. A (1994), " Projecto e Relatório de Pesquisa". In: Metodologia de Trabalho Científico, São Paulo: Editora Atlas.
- LEANER, D. ; SCHARAMM, W. (1973), Comunicação e Mudanças nos Países em Desenvolvimento, São Paulo: Edições Melhoramento.
- LOBO, M.A.M de. (2001), Comunicação: Arte e Técnica de Trocar e Partilhar Ideias, Lisboa: Ed. Direcção Geral de Desenvolvimento Rural (DGDRural).
- MAIR, L. (1984), Anthropology and Development, London: Macrillan Press LTD.
- MACHAIE, C. V.(2003), Contribuição das Rádios Comunitárias para o Desenvolvimento Local (1995-2003): O Caso da Rádio comunitária da Moamba, Maputo: UEM.
- MINAYO, M. S. (org.) 2000 [1994], Pesquisa Social: Teoria Método e Criatividade, Petrópolis: Editora Vozes.



- **NAMBURETE, D. (2000)**, Dimensão Sociocultural e Simbólica de Emissão e recepção das Rádios Comunitárias: o caso da rádio comunitária de Angónia, Maputo: ICS.
- **PRETTY, J. et al (1995)**, Training Guide for Participatory Learning and Action.
- **PAUL, S. (1987)**, Community Participation in Development Projects - The World Bank Experience, Washington: World Bank Discussion Paper, N° 6
- **QUIVY, R. E COPENHOUDT, L. C. (1998)**, Manual de Investigação Em Ciências Sociais 2ª ed., Portugal: Grádiva publicações Ltª.
- **ROESCH, O. (1992)**, "A reforma económica de Moçambique: notas sobre a estabilização, a Guerra e a formação de classes".- In: Arquivo, Maputo: AHM, N.º 11, pp 5-35.
- **RUDIO, F. V. (1978)**, Introdução ao Projecto de Pesquisa Científica 16ª ed., RJ Brasil :Editora Vozes.
- **SARDAN, O. (1990)**, "Desenvolvimento e Subdesenvolvimento em África: Teorias, Ideologias, Políticas e Processos".- In: Revista Internacional de Estudos Africanos, n.º 12 -13, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- **TÖNNIES, F (1944)**, *Communauté et Société*, Paris: Puf.
- **TRAQUINA, N. (1999)**, "Questões Teorias e Estórias".- In: Jornalismo, Lisboa: Vega Editora, 2.ª edição.
- **UNESCO/PNUD (2001)**, Directório das Rádios Comunitárias em Moçambique, Projecto de Desenvolvimento dos Media, Maputo: UNESCO

UNESCO/PNUD (2001), Ondas Comunitárias. Algumas Experiências de Apoio ao Estabelecimento de Rádios Comunitárias pela UNESCO em Moçambique, Maputo: UNESCO.

VALÁ, S.C (1997), “Desenvolvimento Rural e Perspectiva do Género”, In: Jornal Domingo, Maputo, 19.10. N° 883, pp.9.

VALÁ, S.C. (1998), “Os Imperativos da Participação Comunitária no Desenvolvimento”, In Jornal Domingo, 11.01. N° 888:18 Maputo.

VALÁ, S.C. (1998), Políticas e Estratégias de Desenvolvimento Rural – textos de apoio, Maputo: UEM.

VALÁ, S.C (1999), Estratégia para o Desenvolvimento das Rádios comunitárias em Moçambique, ICS: Maputo

VAN PELT, M. J. F (1993), Sustainability – oriented Project Appraisal for Developing Countries.

WOLF, M. (1995), Teorias da Comunicação, Lisboa, Presença 4ª ed.

WOLFENSOHN, J.D (2000), “Prefácio” In: Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial, Banco Mundial: Washington.

**ANEXO I**  
**GUIÃO DE ENTREVISTAS**  
**Aos Funcionários da Rádio Comunitária**

1. Nome?
2. Idade?
3. Local de nascimento.
4. Estado civil
5. Agregado familiar
6. A quanto tempo trabalha nesta rádio? Qual é a sua função?
7. A quanto tempo funciona a rádio?
8. Como foi criada a rádio?
9. Quais foram os motivos que levaram a sua criação?
10. Quais são os objectivos principais da estação?
11. Qual é a missão e a visão que a estação assume?
12. Como está concebida e como funciona a estrutura de gestão/orgãos de decisão?
13. Qual é a principal fonte de financiamento da estação?
14. Quais são os planos a longo prazo visando a sustentabilidade da estação?
15. No que concerne a política editorial da estação, quais são os princípios que atende a sua programação? A grelha dos programas e horários?
16. Quais são as formas de produção e avaliação dos programas?
17. Quais são os mecanismos de obtenção do *feed back* dos ouvintes de modo a fazelos reflectir na programação?
18. Será que ao nível das comunidades o incremento económico é tal que torna possível a viabilidade da mesma?
19. Até que ponto ela funciona como um instrumento de promoção sócio-económica das comunidades?

## GUIÃO DE ENTREVISTAS

### A comunidade (ouvintes)

1. Nome ?
2. Idade?
3. Local de Nascimento
4. Estado civil
5. Agregado familiar
6. Profissão
7. A quanto tempo vive neste bairro?
8. Qual/quais os grupos étnicos que habitam neste bairro?
9. Quais as regras que norteiam as questões de herança, descendência e sucessão?
10. A poligamia é permitida na vossa comunidade (homem casar com mais de uma mulher)?
11. Quais as confissões religiosas existentes e qual é a maioritária?
12. A comunidade realiza algum culto aos antepassados? Qual e com que finalidade?
13. Quando ocorre um conflito na família ou comunidade a quem recorrem para resolver?
14. Com que frequência escuta a rádio? E quais são os programas que mais escuta?
15. A rádio tem respondido às reais necessidades da comunidade?
16. Os funcionarios da rádio têm entrado em contacto com a população para reflectir no melhoramento dos pragramas da estação?
17. Será que houve um estudo para o precesso da criação da radio? Como é que foi feito?
18. Como é que a comunidade participa nos processos de tomada de decisões, na programação e gestão da emissora, tipo de relação existente com as instituições de apoio?
19. Com a introdução da rádio comunitária, houve melhorias do nível de vida?

- )
- )
20. Como é que conciliam os dois sistema de comunicação o tradicional (o bazar, igreja, restaurante, o batuque...) e o moderno ( a rádio comunitária), funcionam paralelamente? Conflituam ou são complementares?
  21. Como é transmitida a informação? Será que vai de acordo com as reais necessidades da comunidade ou defende os interesses de um determinado partido?

**ANEXO II**  
**LISTA DOS ENTREVISTADOS**

1. António Matola, Mobilizador da Rádio, 02.08.04
2. Alexandre Zandamela, Motorista da UGC, 03.08.04
3. Alberto Zefanias, Residente no Bairro de Bagamoio, 10.08.04
4. Antonieta Tivane, Residente no Bairro de Bagamoio, 08.08.04
5. Artur Pedro, Produtor de Notícias, Locutor, 02.08.04
6. Balbina Antónia, Residente no Bairro de Bagamoio, 07.08.04
7. Carolina Mandlate, Residente no Bairro de Bagamoio, 03.08.04
8. Clementina Balango, Mobilizadora Adjunta da Rádio, 02.08.04
9. Custódio Muianga, Residente no Bairro de Bagamoio, 03.08.04
10. Eulália da Conceição, Residente no Bairro de Bagamoio, 07.08.04
11. Firmino Mucavele, Residente no Bairro de Bagamoio, 04.08.04
12. Francisco Chembene, Líder Comunitário do Bairro de Bagamoio, 03.08.04
13. Henriqueta Magaia, Residente no Bairro de Bagamoio, 10.08.04
14. Jaime Nhantave, Secretário do Bairro de Bagamoio, 04.08.04
15. João Segá, Repórter e Editor de Notícias da Rádio, 06.08.04
16. Julieta Mugabe, Residente no Bairro de Bagamoio, 03.08.04
17. Olga Mutemba, Chefe Administrativa da Rádio, 02.08.04
18. Orlando Paulo, Residente no Bairro de Bagamoio, 06.08.04
19. Paulina Nhantumbo, Residente no Bairro de Bagamoio, 10.08.04
20. Rui Joaquim, Residente no Bairro de Bagamoio, 08.08.04
21. Samita Jossefa, Residente no Bairro de Bagamoio, 06.08.04
22. Sara Manuel, Residente no Bairro de Bagamoio, 05.08.04
23. Sérgio Safo, Repórter da Rádio, 02.08.04
24. Teles Pene, Técnico da Rádio, 06.08.04
25. Timóteo Licoze, Líder Comunitário do Bairro de Bagamoio, 03.08.04
26. Valdemar Issa, Residente no Bairro de Bagamoio, 10.08.04
27. Victor Mateus, Residente no Bairro de Bagamoio, 03.08.04

RADIO COMUNITARIA "VOZ COOP"

91.4 Mhz FM - BAGAMOIO

ANEXO III

GRELHA DE PROGRAMAS

HORAS	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
06:50 - 06:55	Ind. de Abertura/ Tsonga	Ind. de Abertura/ Tsonga	Ind. de Abertura/ Tsonga	Ind. de Abertura/ Tsonga	Ind. de Abertura/ Tsonga
06:55 - 07:00	Longoloko wa Siku	Longoloko wa Siku	Longoloko wa Siku	Longoloko wa Siku	Longoloko wa Siku
07:00 - 07:05	Ntirho	Ntirho	Ntirho	Ntirho	Ntirho
07:05 - 07:10	<i>Mafungo</i>	<i>Mafungo</i>	<i>Mafungo</i>	<i>Mafungo</i>	<i>Mafungo</i>
07:10 - 07:30	Ntirho Lo Unene	Ntirho Lo Unene	Ntirho Lo Unene	Ntirho Lo Unene	Ntirho Lo Unene
07:30 - 08:00	Ndzava ya Mishu	Ndzava ya Mishu	Ndzava ya Mishu	Ndzava ya Mishu	Ndzava ya Mishu
08:00 - 08:05	Vunanganhana	Vunanganhana	Vunanganhana	Vunanganhana	Vunanganhana
08:05 - 08:10	<i>Mafungo</i>	<i>Mafungo</i>	<i>Mafungo</i>	<i>Mafungo</i>	<i>Mafungo</i>
08:10 - 08:40	Uhlavi	Ahitivikeleni (hi ku phindha)	Longoloko Wa Wansati	Ta djondzo ni mahanhela	Ahitivikeleni (hi ku phin.)
08:15 - 08:55	Vunanga La Moçambique	Vunanga La Moçambique	Vunanga La Moçambique	Vunanga La Moçambique	Vunanga La Moçambique
08:55 - 09:00	Nkomiso-Mud. Tsonga-Port.	Nkomiso-Mud. Tsonga-Port.	Nkomiso-Mud. Tsonga-Port.	Nkomiso-Mud. Tsonga-Port.	Nkomiso-Mud. Tsonga-Port.
09:00 - 09:05	Programaç.-Interludio	Programaç.-Interludio	Programaç.-Interludio	Programaç.-Interl.	Programaç.-Interludio
09:05 - 09:10	<i>Noticiario</i>	<i>Noticiario</i>	<i>Noticiario</i>	<i>Noticiario</i>	<i>Noticiario</i>
09:10 - 09:15	Interlúdio	Interlúdio	Interlúdio	Interlúdio	Interlúdio
09:15 - 09:35	Educação No Quatidiano	Eu Mulher	Contra - Ataque	Saúde na Comunidade(rep)	Despertar Cultural (rep.)
09:35 - 10:00	Variado musical	Variado musical	Variado musical	Variado musical	Variado musical
10:00 - 10:05	Interlúdio	Interlúdio	Interlúdio	Interlúdio	Interlúdio
10:05 - 10:10	<i>Noticiario</i>	<i>Noticiario</i>	<i>Noticiario</i>	<i>Noticiario</i>	<i>Noticiario</i>
10:05 - 10:15	Utilidade	Utilidade	Utilidade	Utilidade	Utilidade
10:15 - 10:45	Manhã informativa	Manhã informativa	Manhã informativa	Manhã informativa	Manhã informativa
10:45 - 11:00	Interlúdio	Interlúdio	Interlúdio	Interlúdio	Interlúdio
11:00 - 12:00	Variado musical	Variado musical	Variado musical	Ritmos da Terra	Variado musical

RADIO COMUNITARIA "VOZ COOP"  
 91.4 Mhz FM - BAGAMOIO  
 GRELHA DE PROGRAMA

HORAS	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
12:00 - 12:05	Ind. de Abertura/ Tsonga	Ind. de Abertura/ Tsonga	Ind. de Abertura/ Tsonga	Ind. de Abertura/ Tsonga	Ind. de Abertura/ Tsonga
12:05 - 12:10	Longoloko wa Xiyenge	Longoloko wa Xiyenge	Longoloko wa Xiyenge	Longoloko wa Xiyenge	Longoloko wa Xiyenge
12:10 - 13:20	Ntirho	Ntirho	Ntirho	Ntirho	Ntirho
12:20 - 12:50	Ntumbuluko	Ta djondzo ni mahanhela	Uhilavi (hi ku phindha)	Ta Udawu	Longoloko Wansati (phin.)
12:50 - 13:00	Vunanganhana	Vunanganhana	Vunanganhana	Vunanganhana	Vunanganhana
13:00 - 13:05	Mafungo	Mafungo	Mafungo	Mafungo	Mafungo
13:05 - 13:10	Vunanganhana	Vunanganhana	Vunanganhana	Vunanganhana	Vunanganhana
13:10 - 13:40	Ahitivikeleni	Vunanga	Vunanga	Ahitivikeleni	Vunanga
13:40 - 14:00	Ndzava ya Madjambu	Ndzava ya Madjambu	Ndzava ya Madjambu	Ndzava ya Madjambu	Ndzava ya Madjambu
14:00 - 14:05	Mafungo	Mafungo	Mafungo	Mafungo	Mafungo
14:05 - 14:35	Rungulelani	Rungulelani	Rungulelani	Rungulelani	Rungulelani
14:35 - 14:55	Ndzava ya Madjambu	Ndzava ya Madjambu	Ndzava ya Madjambu	Ndzava ya Madjambu	Ndzava ya Madjambu
14:55 - 15:00	Nkomiso-Mud. Tsonga-Port.	Nkomiso-Mud. Tsonga-Port.	Nkomiso-Mud. Tsonga-Port.	Nkomiso-Mud. Tsonga-Port.	Nkomiso-Mud. Tsonga-Port.
15:00 - 15:05	Programação-Interlúdio	Programação-Interlúdio	Programação-Interlúdio	Programação-Interlúdio	Programação-Interlúdio
15:05 - 15:15	Utilidade	Utilidade	Utilidade	Utilidade	Utilidade
15:15 - 15:35	Saúde	Criança(repetição)	Despertar Cultural	Educação No Quotidiano	Eu Mulher (repetição)
15:35 - 16:00	Variado musical	Variado musical	Variado musical	Variado musical	Variado musical
16:00 - 16:05	Noticiário	Noticiário	Noticiário	Noticiário	Noticiário
16:05 - 16:10	Interlúdio	Interlúdio	Interlúdio	Interlúdio	Interlúdio
16:10 - 16:25	R V C Desporto	Flesh Cultural	Interlúdio musical	Compacto informativo	R V C Desporto
16:25 - 16:30	Interlúdio	Interlúdio	Interlúdio musical	Interlúdio	Interlúdio
16:30 - 17:00	Sinais e Trânsito	Sinais e Trânsito	Sinais e Trânsito	Sinais e Trânsito	Sinais e Trânsito
17:00 - 18:00	Cooperativa Comercial	Cooperativa Comercial	Cooperativa Comercial	Cooperativa Comercial	Cooperativa Comercial
18:00 - 18:05	Noticiário	Noticiário	Noticiário	Noticiário	Noticiário
18:05 - 18:10	Interlúdio	Interlúdio	Interlúdio	Interlúdio	Interlúdio
18:10 - 18:55	Variado musical & MSG	Variado musical & MSG	Variado musical & MSG	Variado musical & MSG	Variado musical & MSG
18:55 - 19:00	Fecho da Emissão	Fecho da Emissão	Fecho da Emissão	Fecho da Emissão	Fecho da Emissão



RADIO COMUNITARIA "VOZ COOP"

91.4 Mhz FM - BAGAMOIO

GRELHA DE PROGRAMAS

HORAS	SABADO	HORAS	DOMINGO
06:50 - 06:55	Indicativo de Abertura/Tsonga	06:50 - 06:55	Indicativo de Abertura/Tsonga
06:55 - 07:00	Longoloko wa Siku	06:55 - 07:00	Longoloko wa Siku
07:00 - 07:05	Ntirho	07:00 - 07:05	Ntirho
07:05 - 07:10	<i>Ndzava ya Mishu</i>	07:05 - 07:10	<i>Ndzava ya Mishu</i>
07:10 - 08:00	Vunanga / PSI - Jeito	07:10 - 08:00	Unanga Wa Moya
08:00 - 09:00	Vunanga/ Wasala Wena	08:00 - 09:00	Xithokozelo
09:00 - 09:05	Ntirho	09:00 - 09:05	Ntirho
09:05 - 09:15	Vunanganhana	09:05 - 09:15	Vunanganhana
09:15 - 09:35	Ta Udawu (hi ku phindha)	09:15 - 09:55	Vunanga
09:35 - 09:55	Vunanga	09:35 - 09:55	Vunanga
09:55 - 10:00	Nkomiso - Mud. Tsonga-Port.	09:55 - 10:00	Nkomiso - Mud. Tsonga-Port.
10:00 - 10:05	Programaç.-Interludio	10:00 - 10:05	Programaç.-Interludio
10:05 - 10:10	<i>Utilidade</i>	10:05 - 10:10	<i>Utilidade</i>
10:10 - 11:00	Alo Comunidade	10:10 - 10:30	Lato - Leta
11:00 - 11:05	Interlúdio	10:30 - 11:00	Variado musical
11:05 - 11:10	Utilidade	11:00 - 11:30	Grande Reportagem
11:10 - 12:00	Manha informativa	11:30 - 12:00	Bom apetite(música p/ o almoç.)
12:00 - 13:00	Sombra Matsinhe	12:00 - 13:00	Vozes Comunitárias
13:00 - 13:55	Variado musical	13:00 - 13:55	Variado musical
13:55 - 14:00	Ind. Mud Port.-Tsonga	13:55 - 14:00	Ind. Mud Port.-Tsonga
14:00 - 14:05	Ind. de Retoma/Tsonga	14:00 - 14:05	Ind. de Retoma/Tsonga
14:05 - 14:15	Ntirho	14:25 - 14:30	Ntirho
14:15 - 14:20	Mahungo	14:45 - 15:00	Phakati ka Viki
14:20 - 14:25	Xifhuva	15:05 - 15:10	Xifhuva
14:25 - 14:45	Vunaveleli Ni Kurungula	15:10 - 15:40	Kutsundzuca hi ku hanha
14:45 - 15:00	Vukoli La Viki	15:40 - 15:55	Nhloko ya Mháka
15:00 - 16:00	Kudokadokissana	16:00 - 16:30	Bulu Ni Murhambiwa
16:00 - 16:55	Vunanga La Ku Kombeliwa	16:35 - 16:55	Xifhuva
16:55 - 17:00	Nkomiso - Mud. Tsonga-Port	16:55 - 17:00	Nkomiso - Mud. Tsonga-Port
17:00 - 17:05	Programação-Comentários	17:00 - 17:05	Programação-Comentários
17:05 - 18:00	Variado musical	17:05 - 18:00	Variado musical
18:00 - 18:55	Mensagens & Dedicatórias	18:00 - 18:55	Mensagens & Dedicatórias
18:55 - 19:00	<i>Fecho da Emissao</i>	18:55 - 19:00	<i>Fecho da Emissao</i>